

PREGÃO ELETRÔNICO

Nº 90039/2024

CONTRATANTE (UASG)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE – UFRN (153103)

OBJETO

AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO PARA ATENDER DEMANDAS DA UFRN PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 4.666.286,07 (QUATRO MILHÕES, SEISCENTOS E SESSENTA E SEIS MIL DUZENTOS E OITENTA E SEIS REAIS E SETE CENTAVOS)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia **25/02/2025** às **09h** (horário de Brasília)

LOCAL

Portal de Compras do Governo Federal –
www.comprasgovernamentais.gov.br

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço por item

MODO DE DISPUTA:

Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE COMPRAS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90039/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23077.098680/2024-81**

SUMÁRIO

1 – DO OBJETO	4
2 – DO REGISTRO DE PREÇOS	4
3 – DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO	4
DA EXCLUSIVIDADE PARA ME/EPP	5
DO TRATAMENTO FAVORECIDO À ME/EPP, SOCIEDADE COOPERATIVA, AGRICULTOR FAMILIAR E MEI	5
DAS RESTRIÇÕES À PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	5
4 – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	6
5 – DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	7
6 – DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	8
DO INTERVALO MÍNIMO DE DIFERENÇA ENTRE LANCES	8
DO MODO DE DISPUTA: ABERTO	8
DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS AO SISTEMA	9
DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À PARTICIPAÇÃO DE ME/EPP	9
DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE	9
DO ENCERRAMENTO DA ETAPA DE LANCES	10
7 – DA FASE DE JULGAMENTO	10
Da Amostra	11
Condições Específicas Relativas Ao Objeto	11
8 – DA FASE DE HABILITAÇÃO	12
9 – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	13
10 – DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA	13
11 – DOS RECURSOS	14
12 – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	14
13 – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	16
14 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	16
15 – DAS PARTES INTEGRANTES DO EDITAL	17
ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA	18
1 – CONDIÇÕES GERAIS DA AQUISIÇÃO	18
2 – FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO	45
3 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO	46
4 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO	46
Da Sustentabilidade	46
Da Exigência de Amostras	46
Da Subcontratação	47
Da Garantia da Contratação	48
5 – MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO	48
Condições de Entrega	48
Garantia dos Bens/Materiais	48
6 – MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO	48
Fiscalização	49
Fiscalização Técnica	49
Fiscalização Administrativa	49

Gestor de Contrato	49
7 – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO	50
Recebimento do Objeto	50
Liquidação	50
Prazo de Pagamento	51
Forma de Pagamento	51
Cessão de Crédito	51
8 – FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO	52
Forma de Seleção e Critério de Julgamento da Proposta	52
Forma de Fornecimento	52
Exigências de Habilitação	52
Habilitação Jurídica	52
Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista	53
Qualificação Econômico-Financeira	53
Qualificação Técnica	53
<i>Habilitação Complementar Relativa às Cooperativas</i>	53
9 – ESTIMATIVAS DO VALOR DA AQUISIÇÃO	54
10 – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	54
11 – APROVAÇÃO E AUTORIZAÇÃO	55
APÊNDICE – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR	56
ANEXO II – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	57
1 – DO OBJETO	57
2 – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS	57
3 – ÓRGÃO(S) GERENCIADO E PARTICIPANTE(S)	57
4 – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	58
Dos limites para as adesões	59
Vedação a acréscimo de quantitativos	59
5 – DA VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA	59
6 – ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS	60
7 – NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS	60
8 – REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	61
9 – CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS	62
10 – DAS PENALIDADES	62
11 – CONDIÇÕES GERAIS	62
ANEXO III – CADASTRO RESERVA	63
ANEXO IV – TERMO DE CONTRATO	64
1 – CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (ART. 92, I E II)	64
2 – CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO	64
3 – CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (ART. 92, IV, VII E XVIII)	65
4 – CLÁUSULA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO	65
5 – CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (ART. 92, V)	65
6 – CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO (ART. 92, V E VI)	65
7 – CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE (ART. 92, V)	65
8 – CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (ART. 92, X, XI E XIV)	66
9 – CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (ART. 92, XIV, XVI E XVII)	66
10 – CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (ART. 92, XII E XIII)	67
11 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DOS BENS/MATERIAIS	67
12 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (ART. 92, XIV)	67
13 – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – EXTINÇÃO CONTRATUAL (ART. 92, XIX)	69
14 – CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (ART. 92, XVIII)	69
15 – CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (ART. 92, III)	69
16 – CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES	70
17 – CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO	70
18 – CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO (ART. 92, §1º)	70



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE COMPRAS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90039/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23077.098680/2024-81**

Torna-se público que a **Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN**, CNPJ: 24.365.710/0001-83, por meio dos seus **Pregoeiros, designados pela Portaria de Pregoeiro 33/2024-PROAD/UFRN, de 08/10/2024**, sediado(a) na **Avenida Senador Salgado Filho, 3000 - Lagoa Nova, Natal/RN – CEP 59064-741**, realizará licitação, para **REGISTRO DE PREÇOS**, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do **Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023**, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1 – DO OBJETO

1. Disposições relativas ao Objeto.

- 1.1.** O objeto da presente licitação é a **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO PARA ATENDER DEMANDAS DA UFRN PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2.** A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.
- 1.3.** O critério de julgamento adotado será o **menor preço por item**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2 – DO REGISTRO DE PREÇOS

2. Do Registro de Preços.

- 2.1.** As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3 – DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

3. Da Participação no Pregão.

- 3.1.** Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).
- 3.1.1.** Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 3.2.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 3.3.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 3.4.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Para os itens 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 53, 54, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 66, 67, 68, 69, 72, 73, 74, 75, 76, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

DO TRATAMENTO FAVORECIDO À ME/EPP, SOCIEDADE COOPERATIVA, AGRICULTOR FAMILIAR E MEI

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

DAS RESTRIÇÕES À PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.7.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.7.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

3.8. O impedimento de que trata o **item 3.7.4** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os **itens 3.7.2 e 3.7.3** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.11. O disposto nos **itens 3.7.2 e 3.7.3** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da **Lei nº 14.133/2021**.

3.13. A vedação de que trata o **item 3.7.8** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4 – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4. Da Apresentação da Proposta e dos Documentos de Habilitação.

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.3.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.6. A falsidade da declaração de que trata os **itens 4.4 ou 4.5** sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.11. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.12. O valor final mínimo parametrizado na forma do **item 4.11** possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5 – DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5. Do Preenchimento da Proposta.

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor UNITÁRIO e TOTAL do item.

5.1.2. Marca;

5.1.3. Fabricante;

5.1.4. Quantidade cotada;

5.1.5. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do **Termo de Referência**, anexo deste edital.

5.1.5.1. Sendo certo que, havendo divergência das especificações dos itens licitados entre o edital e seus anexos e o sistema Comprasnet, prevalecerão as especificações dos itens contidas nos anexos deste edital.

5.2. O Valor Total Estimado da licitação será de: **R\$ 4.666.286,07 (QUATRO MILHÕES, SEISCENTOS E SESSENTA E SEIS MIL DUZENTOS E OITENTA E SEIS REAIS E SETE CENTAVOS)**, sendo este o VALOR MÁXIMO DA PROPOSTA ACEITÁVEL.

5.2.1. A proposta de preço para cada item NÃO DEVERÁ SER SUPERIOR AO PREÇO MÁXIMO FIXADO na tabela do subitem 1.1 do Termo de Referência.

5.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3.1. O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.8. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

5.9.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso](#)

[IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6 – DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6. Da Abertura da Sessão, Classificação das Propostas e Formulação de Lances.

- 6.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.4.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5.** O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 6.6.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

DO INTERVALO MÍNIMO DE DIFERENÇA ENTRE LANCES

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser conforme indicado na tabela abaixo:

FAIXAS DE PREÇO (VALOR UNITÁRIO)	INTERVALO DE LANCES MÍNIMO (VALORES)
De R\$ 0,01 a R\$ 0,99	R\$ 0,01
De R\$ 1,00 a R\$ 9,99	R\$ 0,02
De R\$ 10,00 a R\$ 49,99	R\$ 0,20
De R\$ 50,00 a R\$ 99,99	R\$ 1,00
De R\$ 100,00 a R\$ 499,99	R\$ 2,00
De R\$ 500,00 a R\$ 999,99	R\$ 10,00
De R\$ 1.000,00 a R\$ 4.999,99	R\$ 20,00
Acima de R\$ 5.000,00	1% DO VALOR UNITÁRIO

- 6.8.1.** Para os itens com valor unitário acima de **R\$ 5.000,00**, embora o intervalo mínimo entre lances esteja definido em percentual, o mesmo deverá ser traduzido pelo licitante, quando de seu lançamento no COMPRASNET, para valores em reais.
- 6.9.** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10.** O procedimento seguirá de acordo com o **modo de disputa aberto**.

DO MODO DE DISPUTA: ABERTO

6.11. No **modo de disputa “ABERTO”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

- 6.11.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.11.4.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS AO SISTEMA

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À PARTICIPAÇÃO DE ME/EPP

6.18. Em relação a **itens não exclusivos** para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até **5% (cinco por cento)** acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

DO ENCERRAMENTO DA ETAPA DE LANCES

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

6.20.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.20.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório

6.20.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, **no prazo não inferior a 02 (duas) horas a contar da solicitação**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7 – DA FASE DE JULGAMENTO

7. Da Fase de Julgamento.

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes>); e

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os **itens 3.5.1 e 4.5** deste **edital**.

7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.6.1. conter vícios insanáveis;

7.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

7.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.9.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

Da Amostra

7.11. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de **amostra**, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.12. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.13. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.14. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.15. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

Condições Específicas Relativas Ao Objeto

7.16. Para os itens enquadrados no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021 o Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie juntamente com a proposta, sob pena de não-aceitação, o Comprovante de Registro do fabricante do produto no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA nº 13 /2021e normas supervenientes.

7.16.1. A apresentação do Certificado de Regularidade será dispensada, caso o Pregoeiro logre êxito em obtê-lo mediante consulta on line ao sítio oficial do IBAMA, anexando-o ao processo.

7.17. O Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie juntamente com a proposta, sob pena de não aceitação: o documento comprobatório da notificação/registro do produto na ANVISA, conforme legislação vigente, notadamente a Lei nº 6.360, de 1976 e o Decreto nº 8.077, de 2013,

apenas para os itens que exijam o registro perante a ANVISA/MS em sua especificação técnica, conforme lista de itens 1.1. do Termo de Referência.

8 – DA FASE DE HABILITAÇÃO

8. Disposições relativas à Habilitação.

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1. A documentação exigida para fins de **habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira**, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original [ou por cópia](#).

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

8.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.9. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

8.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

8.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

8.11. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo a ser estabelecido pelo pregoeiro, o qual **não poderá ser inferior a 2 (duas) horas**, prorrogável por igual período, a contar da solicitação do pregoeiro.

8.11.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

8.12. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.12.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.13. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

8.13.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

8.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.14. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no **subitem 8.11.1**.

8.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8.18. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9 – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9. Ata de Registro de Preços.

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de **10 (dez) dias**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

9.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

9.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10 – DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10. Da Formação do Cadastro de Reserva.

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

10.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

10.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

10.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

10.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

10.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11 – DOS RECURSOS

11. Dos Recursos.

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico: <https://sipac.ufrn.br/public/jsp/portal.jsf>

12 – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12. Das Sanções Administrativas.

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

- 12.1.2.1.** não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - 12.1.2.2.** recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - 12.1.2.3.** pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
 - 12.1.2.4.** deixar de apresentar amostra;
 - 12.1.2.5.** apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
 - 12.1.3.** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 12.1.3.1.** recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
 - 12.1.4.** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
 - 12.1.5.** fraudar a licitação;
 - 12.1.6.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 12.1.6.1.** agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 12.1.6.2.** induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 12.1.6.3.** apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
 - 12.1.7.** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
 - 12.1.8.** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 12.2.** Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 12.2.1.** advertência;
 - 12.2.2.** multa;
 - 12.2.3.** impedimento de licitar e contratar e
 - 12.2.4.** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 12.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 12.3.1.** a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 12.3.2.** as peculiaridades do caso concreto
 - 12.3.3.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 12.3.4.** os danos que dela provierem para a Administração Pública
 - 12.3.5.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.4.** A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, a contar da comunicação oficial.
 - 12.4.1.** Para as infrações previstas nos itens **12.1.1**, **12.1.2** e **12.1.3**, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
 - 12.4.2.** Para as infrações previstas nos itens **12.1.4**, **12.1.5**, **12.1.6**, **12.1.7** e **12.1.8**, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 12.5.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 12.6.** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação.
- 12.7.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens **12.1.1**, **12.1.2** e **12.1.3**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens **12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8**, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens **12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3** que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no **item 12.1.3**, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13 – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13. Da Impugnação ao Edital e do Pedido de Esclarecimento.

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte meio: **licitacaocompras@proad.ufrn.br**.

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14. Das Disposições Gerais.

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)** e endereços eletrônicos <https://sipac.ufrn.br/public/jsp/portal.jsf> e <https://www.gov.br/compras/pt-br>

15 – DAS PARTES INTEGRANTES DO EDITAL

15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, todos os seus anexos discriminados claramente no sumário.

Natal (RN), 05/02/2025

João Paulo Paiva da Silva
Diretor
Diretoria de Compras/PROAD



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE COMPRAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90039/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23077.098680/2024-81

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1 – CONDIÇÕES GERAIS DA AQUISIÇÃO

1. Disposições relativas ao Objeto.

1.1. Descrição do objeto: **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO PARA ATENDER DEMANDAS DA UFRN PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

LISTA DE ITENS								
Emitido em 29/01/2025 13:49								
Item	Especificação do Material	Unid.	Quant. Int.	Quant. Ext.	Quant. Total	Valor	Total	
NÃO ASSOCIADO(S) A LOTE/GRUPO							R\$ 4.666.286,07	
1	302200000011	Litro	16432	18790	35222	R\$ 2,49	87.702,78	
ÁGUA SANITÁRIA – 2 A 2,5% DE CLORO ATIVO (1L)								
- Embalagem em plástico resistente com 1000ml; - Com bico para corte e tampa de vedação; - Caixa com 12 unidades; - Produto regular perante a ANVISA; - Validade mínima 6 meses. CATMAT 299605. CATMAT/CATSER:299605								
Quant. Int.								
	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE				16432	R\$ 40.915,68		
Quant. Ext.								
	783171 - NAVIO PATRULHA MACAU				100	249,00		
	154582 - INST FED RN / CAMPUS SÃO GONÇALO DO AMARANTE				960	2.390,40		
	160345 - HOSPITAL DE GUARNICAO DE NATAL				2000	4.980,00		
	158155 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN				12830	31.946,70		
	783000 - COMANDO DO 3.DISTRITO NAVAL				1500	3.735,00		
	158373 - INST.FED.DO RN/CAMPUS JOAO CAMARA				800	1.992,00		
	783510 - SERVICO DE SINALIZACAO NAUTICA DO NORDESTE				600	1.494,00		
2	3022000000273	UNIDADE	102	398	500	R\$ 43,24	21.620,00	
ÁLCOOL EM GEL 70% - GALÃO COM 05 LITROS								

	<p>Álcool em gel 70% - galão com 05 litros, com no mínimo 65° INPM, tubo com tampa e bico econômico, com prazo de validade, impresso na embalagem, mínimo de 12 meses, a partir da entrega- antisséptico, incolor, bactericida, densidade aproximada 0,90 g/ml, sem fragrância, sem corante, hipoalergênico, pH entre 6,5 e 7,5. Produto com Registro no Ministério da Saúde. CATMAT 429225. CATMAT/CATSER:429225</p>							
	Quant. Int.							
	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE		102			R\$ 4.410,48		
	Quant. Ext.							
	783171 - NAVIO PATRULHA MACAU		10			432,40		
	154582 - INST FED RN / CAMPUS SÃO GONÇALO DO AMARANTE		24			1.037,76		
	160345 - HOSPITAL DE GUARNICAO DE NATAL		200			8.648,00		
	158155 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN		114			4.929,36		
	783510 - SERVICO DE SINALIZACAO NAUTICA DO NORDESTE		50			2.162,00		
3	3022000000055	FRASCO	1860	3185	5045	R\$ 7,68	38.745,60	
ÁLCOOL ETÍLICO 70º INPM/77º GL EM GEL – 500 ML								
- Álcool etílico 70º INPM/77º GL em gel – 500 ml. - Produto regular perante a ANVISA. (CATMAT-429225) CATMAT/CATSER:429225								
	Quant. Int.							
	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE		1860			R\$ 14.284,80		
	Quant. Ext.							
	154838 - INST FED RN / CAMPUS CEARÁ-MIRIM		20			153,60		
	160345 - HOSPITAL DE GUARNICAO DE NATAL		1000			7.680,00		
	158155 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN		5			38,40		
	783000 - COMANDO DO 3.DISTRITO NAVAL		1800			13.824,00		
	783510 - SERVICO DE SINALIZACAO NAUTICA DO NORDESTE		360			2.764,80		
4	302200030782	FRASCO	8360	3740	12100	R\$ 6,75	81.675,00	
ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO 70% - 1.000ML.								
<p>Álcool etílico hidratado 70%, embalagem em plástico transparente, resistente, com 1.000ml. Sua finalidade é para limpeza geral em superfícies fixas e inanimadas, como piso, paredes, bancadas e similares. Validade Mínima de 12 meses. Apresentar registro do produto na ANVISA que inicia-se com número 3.(CATMAT:269941) CATMAT/CATSER:269941</p>								
	Quant. Int.							
	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE		8360			R\$ 56.430,00		
	Quant. Ext.							
	783171 - NAVIO PATRULHA MACAU		10			67,50		
	154838 - INST FED RN / CAMPUS CEARÁ-MIRIM		20			135,00		
	154582 - INST FED RN / CAMPUS SÃO GONÇALO DO AMARANTE		288			1.944,00		
	160345 - HOSPITAL DE GUARNICAO DE NATAL		1000			6.750,00		
	158155 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN		942			6.358,50		

	783000 - COMANDO DO 3.DISTRITO NAVAL	1000	6.750,00	
	158373 - INST.FED.DO RN/CAMPUS JOAO CAMARA	120	810,00	
	783510 - SERVICO DE SINALIZACAO NAUTICA DO NORDESTE	360	2.430,00	
5	3022000000060	UNIDADE	3	71 74 R\$ 378,52 28.010,48
BALDE DE LIMPEZA 30L – COM ESPREMEDOR				
- Capacidade útil de no mínimo 30 litros; - Com divisória de água limpa e suja (02 compartimentos); - Dreno por escoamento da água; - Rodízios para locomoção; - Prendedor para a haste de mop; - Garantia de no mínimo 12 meses contra defeitos de fabricação; CATMAT 443451 CATMAT/CATSER:443451				
Quant. Int.				
	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	3	R\$ 1.135,56	
Quant. Ext.				
	783171 - NAVIO PATRULHA MACAU	1	378,52	
	154582 - INST FED RN / CAMPUS SÃO GONÇALO DO AMARANTE	10	3.785,20	
	160345 - HOSPITAL DE GUARNICAO DE NATAL	20	7.570,40	
	158155 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN	24	9.084,48	
	783000 - COMANDO DO 3.DISTRITO NAVAL	3	1.135,56	
	158373 - INST.FED.DO RN/CAMPUS JOAO CAMARA	8	3.028,16	
	783510 - SERVICO DE SINALIZACAO NAUTICA DO NORDESTE	5	1.892,60	
6	3022000000178	UNIDADE	46	150 196 R\$ 27,23 5.337,08
BALDE PLÁSTICO 30 LITROS				
Balde plástico 30 Litros - Com tampa; - Formato Redondo; - Cores diversas. CATMAT 428395 CATMAT/CATSER:428395				
Quant. Int.				
	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	46	R\$ 1.252,58	
Quant. Ext.				
	783171 - NAVIO PATRULHA MACAU	10	272,30	
	154582 - INST FED RN / CAMPUS SÃO GONÇALO DO AMARANTE	10	272,30	
	160345 - HOSPITAL DE GUARNICAO DE NATAL	50	1.361,50	
	158155 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN	40	1.089,20	
	783510 - SERVICO DE SINALIZACAO NAUTICA DO NORDESTE	40	1.089,20	
7	3022000000860	UNIDADE	200	195 395 R\$ 21,47 8.480,65
BALDE PLASTICO COM ALÇA METÁLICA - 20L				
Balde, material: plástico, capacidade: 20 l, características adicionais: com alça metálica, aplicação: uso geral (CATMAT-321573) CATMAT/CATSER:321573				
Quant. Int.				
	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	200	R\$ 4.294,00	

	Quant. Ext.							
	154582 - INST FED RN / CAMPUS SÃO GONÇALO DO AMARANTE			10	214,70			
	160345 - HOSPITAL DE GUARNICAO DE NATAL			50	1.073,50			
	158155 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN			20	429,40			
	783000 - COMANDO DO 3.DISTRITO NAVAL			50	1.073,50			
	158373 - INST.FED.DO RN/CAMPUS JOAO CAMARA			15	322,05			
	783510 - SERVICO DE SINALIZACAO NAUTICA DO NORDESTE			50	1.073,50			
8	302200000852	UNIDADE	100	140	240	R\$ 8,14	1.953,60	
BALDE PLASTICO SEM TAMPA - COM ARO - 10L								
Confeccionado em plástico. Alça em Arame Galvanizado. Capacidade: 10 L. Cor: Preta Características Adicionais: Reforço Fundo E Borda. CATMAT 381531. CATMAT/CATSER:381531								
Quant. Int.								
	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE			100	R\$ 814,00			
Quant. Ext.								
	160345 - HOSPITAL DE GUARNICAO DE NATAL			50	407,00			
	158155 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN			10	81,40			
	158373 - INST.FED.DO RN/CAMPUS JOAO CAMARA			20	162,80			
	783510 - SERVICO DE SINALIZACAO NAUTICA DO NORDESTE			60	488,40			
9	3022000000277	UNIDADE	10	190	200	R\$ 11,35	2.270,00	
BORRIFADOR TRANSPARENTE COM VÁUVULA GATILHO 500ML.								
Frasco borrifador transparente com capacidade mínima de 500 ml, fabricado de polímero plástico transparente (PET). Válvula do tipo gatilho de Polipropileno de aspersão spray. Anexar junto com a proposta o catálogo do Produto.(CATMAT:272254) CATMAT/CATSER:272254								
Quant. Int.								
	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE			10	R\$ 113,50			
Quant. Ext.								
	154838 - INST FED RN / CAMPUS CEARÁ-MIRIM			10	113,50			
	154582 - INST FED RN / CAMPUS SÃO GONÇALO DO AMARANTE			20	227,00			
	160345 - HOSPITAL DE GUARNICAO DE NATAL			50	567,50			
	158155 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN			60	681,00			
	783000 - COMANDO DO 3.DISTRITO NAVAL			10	113,50			
	158373 - INST.FED.DO RN/CAMPUS JOAO CAMARA			30	340,50			
	783510 - SERVICO DE SINALIZACAO NAUTICA DO NORDESTE			10	113,50			
10	302200031125	UNIDADE	250	145	395	R\$ 7,07	2.792,65	
CESTO PLÁSTICO "TELADO" P/LIXO								
Cesto plástico "Telado" para lixo, medindo aproximadamente: 25,5 cm de diâmetro X 26 cm de altura,								

	cor: a definir (branca e bege). CATMAT 289422 . CATMAT/CATSER:289422							
	Quant. Int.							
	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE		250			R\$ 1.767,50		
	Quant. Ext.							
	783171 - NAVIO PATRULHA MACAU		10			70,70		
	154582 - INST FED RN / CAMPUS SÃO GONÇALO DO AMARANTE		30			212,10		
	160345 - HOSPITAL DE GUARNICAO DE NATAL		50			353,50		
	158155 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN		10			70,70		
	158373 - INST.FED.DO RN/CAMPUS JOAO CAMARA		35			247,45		
	783510 - SERVICO DE SINALIZACAO NAUTICA DO NORDESTE		10			70,70		
11	302200002391	UNIDADE	3	181	184	R\$ 46,64	8.581,76	
	CESTOS PLÁSTICO PARA LIXO COM TAMPA TIPO BALDE - 40L							
	Cestos plástico para lixo com tampa tipo balde. Medidas: 37cm (diâmetro) x 46 cm (altura) Capacidade: 40 litros Material: plástico polipropileno Cor: a definir. CATMAT 325437. CATMAT/CATSER:325437							
	Quant. Int.							
	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE		3			R\$ 139,92		
	Quant. Ext.							
	783171 - NAVIO PATRULHA MACAU		10			466,40		
	160345 - HOSPITAL DE GUARNICAO DE NATAL		100			4.664,00		
	158155 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN		41			1.912,24		
	158373 - INST.FED.DO RN/CAMPUS JOAO CAMARA		20			932,80		
	783510 - SERVICO DE SINALIZACAO NAUTICA DO NORDESTE		10			466,40		
12	3022000000045	CONJUNTO	22	35	57	R\$ 551,25	31.421,25	
	CONJUNTO DE DETERGENTE E SECANTE PARA LAVAGEM AUTOMATICA DE LOUÇA							
	CONJUNTO DETERGENTE E SECANTE PARA LAVAGEM DE LOUÇAS EM MÁQUINA AUTOMÁTICA; - DETERGENTE PARA LAVAGEM AUTOMÁTICA DE LOUÇAS, TALHERES E BANDEJAS; - APLICAÇÃO USO PROFISSIONAL EM COZINHAS INDUSTRIAIS; uso exclusivo por dosadores - COMPOSIÇÃO: AGENTE ALCALINIZANTE, INIBIDOR DE ESPUMA, INIBIDOR DE INCRUSTAÇÕES E AGENTE COMPLEXANTE; CONCENTRAÇÃO DE HIDRÓXIDO DE SÓDIO A 10-30% E DE HIPOCLORITO DE SÓDIO 1-5%- CARACTERÍSTICAS: ASPECTO LÍQUIDO TRANSPARENTE, INCOLOR, ODOR CARACTERÍSTICO ao produto; - APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLÁSTICA LACRADA CONTENDO NO MÍNIMO 20 LITROS; - VALIDADE MÍNIMA: 12 MESES; - ADITIVO LÍQUIDO DE SECAGEM DE LOUÇA, TALHERES E BANDEJAS; - APLICAÇÃO USO PROFISSIONAL EM COZINHAS INDUSTRIAIS; uso exclusivo por dosadores - COMPOSIÇÃO: AGENTE DISPERSANTE, INIBIDOR DE ESPUMA, COPOLÍMERO ETOXILADO/PROPOXILADO(TENSOATIVO NÃO-IÔNICO), CORANTE, CONSERVANTE E VEÍCULO; - ESPECIFICAÇÃO FÍSICO-QUÍMICAS: ASPECTO LÍQUIDO TRANSPARENTE, COR e, ODOR CARACTERÍSTICO ao produto - APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLÁSTICA LACRADA CONTENDO NO MÍNIMO 05 LITROS; - VALIDADE MÍNIMA: 12 MESES; - OBSERVAÇÕES: - APRESENTAR PERFIL TÉCNICO DO PRODUTO; - APRESENTAR O CATÁLOGO ORIGINAL; - OS PRODUTOS SERÃO DOTADOS DE DOSADORES ESPECÍFICOS COM A DOSAGEM EXATA PARA OS PRODUTOS COM CICLO CONTÍNUO DE LAVAGEM E ENXÁGUE; - APRESENTAR O LAUDO DE ESTABILIDADE ACELERADA DA SUBSTÂNCIA TESTE DO PRODUTO (ALCALINIDADE EM HIDRÓXIDO DE SÓDIO); - APRESENTAR REGISTRO MS/ANVISA; - GARANTIA DOS DOSADORES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO E DURANTE O USO. - GARANTIA DE PERFEITO FUNCIONAMENTO DA MÁQUINA LAVADORA DE LOUÇA REFERENTE AO USO DO PRODUTO. - ACOMPANHAR 4 DOSADORES DE DOSAGEM AUTOMÁTICA DO PRODUTO, CEDIDOS EM							

	COMODATO, QUE DEVERÃO SER INSTALADOS EM UNIDADES DA UFRN EM NATAL E REGIÃO METROPOLITANA. CATMAT 233825 CATMAT/CATSER:233825							
	Quant. Int.							
	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE		22			R\$ 12.127,50		
	Quant. Ext.							
	154838 - INST FED RN / CAMPUS CEARÁ-MIRIM		5			2.756,25		
	160345 - HOSPITAL DE GUARNICAO DE NATAL		30			16.537,50		
13	3022000000422	UNIDADE	260	13	273	R\$ 1.812,50	494.812,50	
	CONJUNTO PARA LAVAGEM E SECAGEM DE LOUÇA EM MAQUINAS INDUSTRIAL							
	<p>Conjunto de produtos para lavagem e secagem de louça em máquinas industriais, composto por detergente sólido alcalino superconcentrado e aditivo líquido de secagem de louça, com as seguintes especificações: (Item1) DETERGENTE sólido alcalino superconcentrado para uso em lavadora de louça industrial. Especificações: Composto de ingrediente 100% ativo; Promove remoção total da gordura, menor tempo de saponificação, baixo custo operacional e espuma controlada; Características físicas: Estado físico – Sólido; Cor – Branca; Odor – não apresenta; pH 0,2% - 12,0 – 13; Características químicas: Tensoativo não aniônico: amina graxa de coco; Agente alcalino e dispersante; hidróxido de sódio; Contém agente complexante, corante e sequestrante; Validade: 36 meses Apresentação do produto: Cápsula plástica de 04 quilos. Unidade referente à caixa com 02 Capsulas plásticas Apresentar registro no Ministério da Saúde (ANVISA) do produto. Obs: Apresentar perfil técnico do produto; Apresentar catálogo original. Os produtos serão acompanhados de dosador único com dosagem exata e específica para o produto (ciclo continuo de lavagem); (Item 2). SECANTE Líquido para uso em lavadora de louça industrial. Especificação: Aditivo Liquido de Secagem de Louça. Produto formulado especialmente para garantir um enxágue rápido; Não espumante, evita a formação de gotas, permitindo o total escoamento da água; Injetado na concentração de 1,5ml no enxágue final; Características físicas: Estado físico – líquido límpido; Densidade (25º) – 1,000 – 1,020. g/cm3; Odor característico – pH 100% - 6,5 – 8,0; Características químicas: Tensoativo não aniônico – amina graxa de coco; Contém agente secante, corante, preservante e solvente especial; Validade: 12 meses; Apresentação do produto: embalagem plástica de 3 a 5 litros; Unidade referente à caixa com 02 embalagens de 3 a 5 Litros. Apresentar registro no Ministério da Saúde (ANVISA) do produto. Obs: Apresentar perfil técnico do produto; Apresentar catálogo original. Os produtos serão acompanhados de dosador único com dosagem exata e específica para o produto(ciclo continuo de lavagem); Garantia de assistência técnica local e permanente da máquina lavadora de louça referente ao uso dos produtos. (CATMAT:233825) CATMAT/CATSER:233825</p>							
	Quant. Int.							
	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE		260			R\$ 471.250,00		
	Quant. Ext.							
	154838 - INST FED RN / CAMPUS CEARÁ-MIRIM		3			5.437,50		
	160345 - HOSPITAL DE GUARNICAO DE NATAL		10			18.125,00		
14	3022000000303	Litro	24800	3840	28640	R\$ 3,33	95.371,20	
	DESINFETANTE À BASE DE QUATERNÁRIO DE AMÔNIO (LITRO)							
	<p>Desinfetante, composição: à base de quaternário de amônio, características adicionais: com aroma, princípio ativo: cloreto alquil dimetil benzil amônio +tensoativos, teor ativo: teor ativo em torno de 0,4%. Produto regular perante a ANVISA (CATMAT-381409). CATMAT/CATSER:381409</p>							
	Quant. Int.							
	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE		24800			R\$ 82.584,00		
	Quant. Ext.							
	783171 - NAVIO PATRULHA MACAU		100			333,00		

	160345 - HOSPITAL DE GUARNICAO DE NATAL		1000			3.330,00	
	158155 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN		100			333,00	
	783000 - COMANDO DO 3.DISTRITO NAVAL		2400			7.992,00	
	783510 - SERVICO DE SINALIZACAO NAUTICA DO NORDESTE		240			799,20	
15	302200030702	Litro	246	3680	3926	R\$ 4,20	16.489,20
	DESINFETANTE BACTERICIDA (2L)						
	>Embalagem em plástico resistente com 2000 ml, acondicionada em caixa ou embalagem pack com no máximo seis unidades; >Composição: Tensoativo não iônico, quartenário de amônia; Essência: a combinar; >Validade mínima 12 meses; Registro no MS. CATMAT 381409. CATMAT/CATSER:381409						
	Quant. Int.						
	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE		246			R\$ 1.033,20	
	Quant. Ext.						
	154582 - INST FED RN / CAMPUS SÃO GONÇALO DO AMARANTE		2400			10.080,00	
	160345 - HOSPITAL DE GUARNICAO DE NATAL		1000			4.200,00	
	158155 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN		10			42,00	
	158373 - INST.FED.DO RN/CAMPUS JOAO CAMARA		150			630,00	
	783510 - SERVICO DE SINALIZACAO NAUTICA DO NORDESTE		120			504,00	
16	302200001433	UNIDADE	100	3754	3854	R\$ 3,55	13.681,70
	DESODORIZADOR SANITÁRIO (PASTILHA SANITÁRIA) 40G						
	-Composição: Paradiclorobenzeno, quaternário de amônio, essência a combinar e corante; -Com suporte plástico; Embalagem em caixa individual; Registro no MS; -Validade Mínima de 12 meses. (CATMAT-292572) CATMAT/CATSER:292572						
	Quant. Int.						
	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE		100			R\$ 355,00	
	Quant. Ext.						
	154582 - INST FED RN / CAMPUS SÃO GONÇALO DO AMARANTE		1080			3.834,00	
	160345 - HOSPITAL DE GUARNICAO DE NATAL		2000			7.100,00	
	158155 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN		324			1.150,20	
	783000 - COMANDO DO 3.DISTRITO NAVAL		100			355,00	
	158373 - INST.FED.DO RN/CAMPUS JOAO CAMARA		150			532,50	
	783510 - SERVICO DE SINALIZACAO NAUTICA DO NORDESTE		100			355,00	
17	3022000000076	BOMBONA	30	0	30	R\$ 450,38	13.511,40
	DETERGENTE ÁCIDO PARA LIMPEZA DE ORDENHA MECÂNICA						
	Detergente ácido desenvolvido para limpeza CIP. Promove remoção rápida e eficiente de resíduos minerais. Altamente concentrado, solubilidade instantânea. unidade: frasco com 20 litros. Validade mínima de 12 meses. Registro do produto perante o MS/ANVISA. CATMAT 238363. CATMAT/CATSER:238363						

	Quant. Int.							
	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE				30	R\$ 13.511,40		
18	3022000000078	BOMBONA	35	0	35	R\$ 405,31	14.185,85	
	DETERGENTE ALCALINO-CLORADO PARA LIMPEZA DE ORDENHA MECÂNICA							
	Detergente alcalino-clorado desenvolvido para limpeza CIP. Promove remoção rápida e eficiente de proteína e gordura do leite, eficaz em água de dureza leve a moderada. Unidade: frasco com 20 litros. Validade mínima de 12 meses. Registro do produto perante o MS/ANVISA. CATMAT 238363. CATMAT/CATSER:238363							
	Quant. Int.							
	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE				35	R\$ 14.185,85		
19	3022000000079	EMBALAGEM	48	50	98	R\$ 256,15	25.102,70	
	DETERGENTE DE SECAGEM DE LOUÇA							
	Indicado como auxiliar de secagem para máquinas de lavar louças automática, uso exclusivo por dosadores. - Composição do produto: 1. ÁlcoolEtilico 2. Co-polimero de Óxido de etileno e óxido de 3. propileno 4. EDTA 5. Composto glicerol, álcool glicil 1,2,3 propanotriol 6. Ácido 2 hidroxí 1,2,3, propano tricarbóxico 7. Corante 8. Água ESPECIFICAÇÃO FÍSICO-QUÍMICAS: - ASPECTO LÍQUIDO TRANSPARENTE, COR E ODOR CARACTERÍSTICO AO PRODUTO. - APRESENTAÇÃO: UNIDADE - BOMBONA PLÁSTICA LACRADA CONTENDO NO MÍNIMO 05 LITROS; - VALIDADE MÍNIMA: 12 MESES; OBSERVAÇÕES: - APRESENTAR PERFIL TÉCNICO DO PRODUTO; - APRESENTAR O CATÁLOGO ORIGINAL; - O PRODUTO SERÁ DOTADO DE DOSADOR ESPECÍFICOS COM A DOSAGEM EXATA PARA O PRODUTO. - APRESENTAR REGISTRO MS/ANVISA; - GARANTIA DO DOSADOR CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO E DURANTE O USO - GARANTIA DE PERFEITO FUNCIONAMENTO DA MÁQUINA LAVADORA DE LOUÇA REFERENTE AO USO DO PRODUTO. CATMAT 244207 CATMAT/CATSER:244207							
	Quant. Int.							
	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE				48	R\$ 12.295,20		
	Quant. Ext.							
	160345 - HOSPITAL DE GUARNICAO DE NATAL				50	12.807,50		
20	302200031041	Litro	135	3150	3285	R\$ 7,19	23.619,15	
	DETERGENTE LÍQUIDO - PISO							
	> Detergente para piso, > PH neutro (7.0), > Fragrância: a combinar > Sem adição de substancias germicidas, > Biodegradáveis, > Embalagens em galões de 05 (cinco) litros, > Produto regular perante a ANVISA. (CATMAT-249960) CATMAT/CATSER:249960							
	Quant. Int.							
	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE				135	R\$ 970,65		
	Quant. Ext.							
	783171 - NAVIO PATRULHA MACAU				10	71,90		
	154582 - INST FED RN / CAMPUS SÃO GONÇALO DO AMARANTE				1440	10.353,60		
	160345 - HOSPITAL DE GUARNICAO DE NATAL				1000	7.190,00		
	158155 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN				510	3.666,90		
	783000 - COMANDO DO 3.DISTRITO NAVAL				130	934,70		
	158373 - INST.FED.DO RN/CAMPUS JOAO CAMARA				60	431,40		

21	3022000000133	FRASCO	60	100	160	R\$ 117,72	18.835,20	
DETERGENTE NEUTRO PARA LABORATÓRIO								
Detergente neutro para laboratório. - Composição: Surfactantes iônicos e não iônicos, fosfatos, excipientes em baixas quantidades; - Concentrado de tensoativos que quando diluído, atinge um elevado poder de detergência, deixando limpos e sem resíduos todos os utensílios de laboratório. Utilizado para limpeza de vidrarias volumétricas, quartzo, vidrarias, metais em geral. Propriedades: - Líquido - Neutro - Livre de cloro - Livre de odores/corantes - pH = 7,5 (solução a 5%) - Biologicamente degradável - Utilizável em águas duras - Totalmente ativo - Não altera ensaios enzimáticos - Descontaminante de material radioativo - Utilizado frio ou quente - Manipulação sem riscos - Não tóxico Produto regular perante a ANVISA. Embalagem: Frasco com 5 Litros. CATMAT 301233 CATMAT/CATSER:301233								
Quant. Int.								
	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE		60			R\$ 7.063,20		
Quant. Ext.								
	160345 - HOSPITAL DE GUARNICAO DE NATAL		100			11.772,00		
22	3022000000143	Litro	33000	600	33600	R\$ 2,98	100.128,00	
DETERGENTE NEUTRO PARA LABORATÓRIO (PLS-UFRN)								
Embalagem em plástico resistente. Composição: Acido sulfônico, lauril éter sulfato de sódio, neutralizante e aditivos. Produto regular perante a ANVISA. Validade mínima 12 meses. Apresentação: embalagem de 1L a 5L. (CATMAT-338836) CATMAT/CATSER:338836								
Quant. Int.								
	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE		33000			R\$ 98.340,00		
Quant. Ext.								
	783171 - NAVIO PATRULHA MACAU		100			298,00		
	160345 - HOSPITAL DE GUARNICAO DE NATAL		500			1.490,00		
23	3022000000082	UNIDADE	74	72	146	R\$ 95,55	13.950,30	
DETERGENTE PARA LIMPEZA DE COIFA/FORNO/FOGÃO								
Detergente alcalino concentrado com ação desengordurante para limpeza, de coifas, fornos combinado, chapa, fogão e fritadeiras. Para remoção de gorduras carbonizadas e baixa espumação - Composição do produto: 1. Tensoativos aniônicos 2. Espessante 3. Veículo 4. Componente ativo: Hidróxido de Sódio Porcentagem: 30-45% ESPECIFICAÇÃO FÍSICO-QUÍMICAS: - ASPECTO LÍQUIDO TRANSPARENTE, cor e ODOR CARACTERÍSTICO ao produto. - APRESENTAÇÃO: UNIDADE - BOMBONA PLÁSTICA LACRADA CONTENDO NO MÍNIMO 05 LITROS; - VALIDADE MÍNIMA: 12 MESES; OBSERVAÇÕES: - APRESENTAR PERFIL TÉCNICO DO PRODUTO; - APRESENTAR O CATÁLOGO ORIGINAL; - APRESENTAR REGISTRO MS/ANVISA. - ACOMPANHA PULVERIZADOR. CATMAT 442681. CATMAT/CATSER:442681								
Quant. Int.								
	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE		74			R\$ 7.070,70		
Quant. Ext.								
	160345 - HOSPITAL DE GUARNICAO DE NATAL		50			4.777,50		
	158155 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN		2			191,10		
	158373 - INST.FED.DO RN/CAMPUS JOAO CAMARA		20			1.911,00		
24	302200031113	UNIDADE	170	50	220	R\$ 205,97	45.313,40	

DETERGENTE SANITIZANTE EM PÓ CLORADO - 5 KILOS								
>Detergente sanitizante em pó clorado para sanitização de frutas, verduras, legumes e áreas como pisos, equipamentos, paredes e cepos de madeira; >Com uma concentração média de 1g por cada litro de água; >Destroi bactérias, remove sujidades e toxinas; >Características Físicas: Estado físico - Pó solto; Cor - Branca; Odor - Cloro; Densidade (25º) - 1,070g/cm3; pH 1% - 8,5 - 9,5; Cloro disponível; - 10,0% mínimo; >Características Químicas: Agente sanitizante - dicloroisocianurato de sódio/ Agente alcalino: cloretos; >Validade 12 meses; >Embalagem: balde plástico de 5 kilos; >Produto regular perante MS/ANVISA; >Apresentar perfil técnico do produto; >Apresentar catálogo original. (CATMAT:416421) CATMAT/CATSER:416421								
Quant. Int.								
	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE		170			R\$ 35.014,90		
Quant. Ext.								
	160345 - HOSPITAL DE GUARNICAO DE NATAL		50			10.298,50		
25	302200031111	UNIDADE	262	91	353	R\$ 23,98	8.464,94	
DISPENSADOR P/PAPEL TOALHA								
Dispensador Para papel toalha interfolhada 2 ou 3 dobras em plástico; Alta resistência; Sistema abertura lateral por pressão; Medidas mínimas de 32x12,5x6,3 cm; Cor: branco c/ bege ou cinza;(CATMAT:283784) CATMAT/CATSER:283784								
Quant. Int.								
	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE		262			R\$ 6.282,76		
Quant. Ext.								
	160345 - HOSPITAL DE GUARNICAO DE NATAL		50			1.199,00		
	158155 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN		21			503,58		
	158373 - INST.FED.DO RN/CAMPUS JOAO CAMARA		20			479,60		
26	302200031178	UNIDADE	216	95	311	R\$ 23,48	7.302,28	
DISPENSADOR PARA ÁLCOOL GEL OU SABONETE LÍQUIDO								
DISPENSADOR PARA ÁLCOOL GEL OU SABONETE LÍQUIDO, EM MATERIAL PLÁSTICO, COM TAMPA FRONTAL BASCULANTE CONSTRUÍDA EM PLÁSTICO REFORÇADO, NA COR BRANCA; RESERVATÓRIO COM CAPACIDADE PARA 800 ML; COM TAMPA PARA RESERVATÓRIO, TRAVA DE SEGURANÇA; DISPÕE DE VISOR FRONTAL PARA INSPEÇÃO DO NÍVEL REMANESCENTE; FIXAÇÃO ANTI-FURTO ATRAVÉS DE BUCHAS EXPANSIVAS, FORNECIDAS COM O APARELHO. DIMENSÕES EXTERNAS: 125 MM DE LARGURA X 280 MM DE ALTURA X 120 MM DE PROFUNDIDADE. CATMAT 396082. CATMAT/CATSER:396082								
Quant. Int.								
	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE		216			R\$ 5.071,68		
Quant. Ext.								
	160345 - HOSPITAL DE GUARNICAO DE NATAL		50			1.174,00		
	158155 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN		25			587,00		
	783510 - SERVICO DE SINALIZACAO NAUTICA DO NORDESTE		20			469,60		
27	302200030790	UNIDADE	260	98	358	R\$ 30,48	10.911,84	
DISPENSER PARA PAPEL HIGIÊNICO ROLÃO 10 CM X 300 METROS.								
Dispenser para papel higiênico em plástico. Compartimento para rolo de no mínimo 10 cm x 300 metros; Fixação do tipo parede com buchas e parafusos incluso, Trava de antifurto para evitar vandalismo, cor externa branca com visor frontal para visualizar a falta de papel higiênico; Manual de instruções em								

	português. Anexar junto com a proposta o catálogo técnico. Garantia de no mínimo 12 meses. (CATMAT:422811) CATMAT/CATSER:422811							
	Quant. Int.							
	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE		260			R\$ 7.924,80		
	Quant. Ext.							
	154582 - INST FED RN / CAMPUS SÃO GONÇALO DO AMARANTE		10			304,80		
	160345 - HOSPITAL DE GUARNICAO DE NATAL		50			1.524,00		
	158155 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN		13			396,24		
	158373 - INST.FED.DO RN/CAMPUS JOAO CAMARA		25			762,00		
28	302200031224	UNIDADE	400	194	594	R\$ 9,40	5.583,60	
	ESCOVA SANITÁRIA COM SUPORTE							
	- Escova sanitária para uso em banheiro; - Com um suporte em plástico para acomodar a escova; - Escova, cabo plástico e cerdas sintéticas. CATMAT 331870. CATMAT/CATSER:331870							
	Quant. Int.							
	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE		400			R\$ 3.760,00		
	Quant. Ext.							
	783171 - NAVIO PATRULHA MACAU		10			94,00		
	160345 - HOSPITAL DE GUARNICAO DE NATAL		20			188,00		
	158155 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN		34			319,60		
	783000 - COMANDO DO 3.DISTRITO NAVAL		100			940,00		
	158373 - INST.FED.DO RN/CAMPUS JOAO CAMARA		20			188,00		
	783510 - SERVICO DE SINALIZACAO NAUTICA DO NORDESTE		10			94,00		
29	302200031167	UNIDADE	500	2041	2541	R\$ 2,47	6.276,27	
	ESPONJA (TIPO FIBRAÇO)							
	MANTA NÃO TECIDO, DE FIBRA SINTÉTICA, COM RESINA A PROVA DÁGUA E IMPREGNADA COM MINERAL ABRASIVO PARA LIMPEZA PESADA EM COZINHAS INDUSTRIAIS. EMBALAGEM CONTENDO 10 UNIDADES DIVIDAMENTE ROTULADAS E IDENTIFICADAS. - MEDIDAS APROXIMADAS 87MMX125MM. (CATMAT:380189) CATMAT/CATSER:380189							
	Quant. Int.							
	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE		500			R\$ 1.235,00		
	Quant. Ext.							
	783171 - NAVIO PATRULHA MACAU		100			247,00		
	154582 - INST FED RN / CAMPUS SÃO GONÇALO DO AMARANTE		120			296,40		
	160345 - HOSPITAL DE GUARNICAO DE NATAL		1000			2.470,00		
	158155 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN		1			2,47		
	783000 - COMANDO DO 3.DISTRITO NAVAL		500			1.235,00		
	158373 - INST.FED.DO RN/CAMPUS JOAO CAMARA		20			49,40		
	783510 - SERVICO DE SINALIZACAO NAUTICA DO		300			741,00		

	NORDESTE							
30	302200000372	PACOTE	1000	3068	4068	R\$ 1,95	7.932,60	
ESPONJA DE LÃ DE AÇO CARBONO								
- Pacote com 8 unidades; - Peso líquido mínimo 50g; - Validade Mínima 12 meses. (CATMAT:252531) CATMAT/CATSER:252531								
Quant. Int.								
153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE					1000	R\$ 1.950,00		
Quant. Ext.								
154582 - INST FED RN / CAMPUS SÃO GONÇALO DO AMARANTE					144	280,80		
160345 - HOSPITAL DE GUARNICAO DE NATAL					1000	1.950,00		
158155 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN					724	1.411,80		
783000 - COMANDO DO 3.DISTRITO NAVAL					1000	1.950,00		
783510 - SERVICO DE SINALIZACAO NAUTICA DO NORDESTE					200	390,00		
31	302200000304	UNIDADE	15000	7160	22160	R\$ 0,69	15.290,40	
ESPONJA DUPLA FACE (1X)'								
Esponja limpeza, material: poliuretano e fibra têxtil, formato: retangular, aplicação: limpeza geral, características adicionais: dupla face, comprimento mínimo: 100 mm, largura mínima: 70 mm, espessura mínima: 20 mm. Aceitável variação de 15% na espessura mínima. Embalagem com informações do produto e fabricante (CATMAT-363790). CATMAT/CATSER:363790								
Quant. Int.								
153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE					15000	R\$ 10.350,00		
Quant. Ext.								
154838 - INST FED RN / CAMPUS CEARÁ-MIRIM					200	138,00		
154582 - INST FED RN / CAMPUS SÃO GONÇALO DO AMARANTE					720	496,80		
160345 - HOSPITAL DE GUARNICAO DE NATAL					2000	1.380,00		
158155 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN					2040	1.407,60		
783000 - COMANDO DO 3.DISTRITO NAVAL					1500	1.035,00		
158373 - INST.FED.DO RN/CAMPUS JOAO CAMARA					200	138,00		
783510 - SERVICO DE SINALIZACAO NAUTICA DO NORDESTE					500	345,00		
32	302200030770	CAIXA	30	1074	1104	R\$ 5,09	5.619,36	
LENÇO PAPEL DESCARTÁVEL FOLHA DUPLA 50 UNIDADES								
Caixa de lenço de papel descartável de Folhas duplas de alta qualidade, caixa com 50 unidades; Cor branca de 100% de fibras celulose virgem; embalagens com sistema para manter guardados os lenços dentro da embalagem. Largura máxima de 21,5cm e de no mínimo 14,2 de altura. (CATMAT:243246) CATMAT/CATSER:243246								
Quant. Int.								
153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE					30	R\$ 152,70		
Quant. Ext.								

	154838 - INST FED RN / CAMPUS CEARÁ-MIRIM		20		101,80		
	160345 - HOSPITAL DE GUARNICAO DE NATAL		1000		5.090,00		
	158155 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN		4		20,36		
	783000 - COMANDO DO 3.DISTRITO NAVAL		30		152,70		
	783510 - SERVICO DE SINALIZACAO NAUTICA DO NORDESTE		20		101,80		
33	3022000000101	Litro	74	100	174	R\$ 84,17	14.645,58
	LIMPADOR DESINFETANTE HOSPITALAR PARA UTILIZAÇÃO EM SUPERFÍCIES FIXAS						
	LIMPADOR DESINFETANTE HOSPITALAR PARA UTILIZAÇÃO EM SUPERFÍCIES FIXAS. A BASE DE PERÓXIDO DE HIDROGÊNIO ACELERADO E COM CARACTERÍSTICAS FÍSICO-QUÍMICAS: ASPECTO LÍQUIDO INCOLOR, PH (PURO) ENTRE 0,5 E 1,8 E TEOR DE ATIVO DE 4,00 ATÉ 4,50%. O MESMO DEVERÁ POSSUIR EFICÁCIA COMPROVADA ATRAVÉS DE LAUDOS, CONTRA NOROVÍRUS, HEPATITE B, HEPATITE C, CANINE PARVOVÍRUS, AVIAN INFLUENZA, MRSE, STAPHYLOCOCCUS AUREUS, SALMONELLA CHOLERAESUIS, PSEUDOMONAS AERUGINOSA, MRSA, ACINEBACTER BAUMANII, LEBSELLA PNEUMONIAE E ENTEROCOCCUS FAECALIS VRE. INDICADO PARA LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE PISOS, PAREDES, ARTIGOS E SUPERFÍCIES FIXAS. PODENDO SER UTILIZADA SEM DANOS A MATERIAIS TAIS COMO: AÇO INDOXIDÁVEL, CROMO, BORRACHA E ACRILÍCO. EMBALAGEM DEVIDAMENTE ROTULADA COM A IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, PRAZO DE VALIDADE, NÚMERO DE LOTE, REGISTRO/NOTIFICAÇÃO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, INSTRUÇÕES E CUIDADOS NA UTILIZAÇÃO. COMO TAMBÉM LAUDOS DE AÇÃO COMPROVADA CONTRA MICROORGANISMO CITADOS. FORNECIDO POR LABORATÓRIO CREDENCIADO PELA ANVISA/MS. APRESENTAR FICHA TÉCNICA DO PRODUTO E FICHA DE SEGURANÇA. APRESENTAÇÃO EM EMBALAGEM PLÁSTICA RESISTENTE COM UM A CINCO LITROS. (CATMAT:410279) CATMAT/CATSER:410279						
	Quant. Int.						
	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE		74			R\$ 6.228,58	
	Quant. Ext.						
	160345 - HOSPITAL DE GUARNICAO DE NATAL		100			8.417,00	
34	3022000000094	UNIDADE	73	103	176	R\$ 186,39	32.804,64
	LIXEIRA COM TAMPA E PEDAL, CAPACIDADE 100 LITROS						
	Polietileno de Alta Densidade – PEAD – 100% virgem Espessura: 3mm Dimensões: 0,92 x 0,57 x 0,46 (CATMAT:296444) CATMAT/CATSER:296444						
	Quant. Int.						
	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE		73			R\$ 13.606,47	
	Quant. Ext.						
	154838 - INST FED RN / CAMPUS CEARÁ-MIRIM		10			1.863,90	
	154582 - INST FED RN / CAMPUS SÃO GONÇALO DO AMARANTE		10			1.863,90	
	160345 - HOSPITAL DE GUARNICAO DE NATAL		30			5.591,70	
	158155 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN		31			5.778,09	
	158373 - INST.FED.DO RN/CAMPUS JOAO CAMARA		12			2.236,68	
	783510 - SERVICO DE SINALIZACAO NAUTICA DO NORDESTE		10			1.863,90	
35	302200030932	UNIDADE	240	110	350	R\$ 121,83	42.640,50
	LIXEIRA COM TAMPA E PEDAL, CAPACIDADE 35 LITROS						
	- Material plástico resistente; - Capacidade 30 a 35 litros; - Formato Retangular - Com tampa e pedal; -						

	Cor branca/cinza (CATMAT-342232) CATMAT/CATSER:342232							
	Quant. Int.							
	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE		240			R\$ 29.239,20		
	Quant. Ext.							
	783171 - NAVIO PATRULHA MACAU		1			121,83		
	160345 - HOSPITAL DE GUARNICAO DE NATAL		50			6.091,50		
	158155 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN		37			4.507,71		
	158373 - INST.FED.DO RN/CAMPUS JOAO CAMARA		12			1.461,96		
	783510 - SERVICO DE SINALIZACAO NAUTICA DO NORDESTE		10			1.218,30		
36	3022000000095	UNIDADE	60	89	149	R\$ 115,28	17.176,72	
	LIXEIRA COM TAMPA E PEDAL, CAPACIDADE 50 LITROS							
	Fabricação: Polietileno de Alta Densidade – PEAD – 100% virgem Espessura: 3mm Dimensões: 0,71 x 0,45 x 0,37(CATMAT:440825) CATMAT/CATSER:440825							
	Quant. Int.							
	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE		60			R\$ 6.916,80		
	Quant. Ext.							
	783171 - NAVIO PATRULHA MACAU		1			115,28		
	154838 - INST FED RN / CAMPUS CEARÁ-MIRIM		10			1.152,80		
	160345 - HOSPITAL DE GUARNICAO DE NATAL		50			5.764,00		
	158155 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN		8			922,24		
	158373 - INST.FED.DO RN/CAMPUS JOAO CAMARA		10			1.152,80		
	783510 - SERVICO DE SINALIZACAO NAUTICA DO NORDESTE		10			1.152,80		
37	302200031216	UNIDADE	185	96	281	R\$ 46,27	13.001,87	
	LIXEIRA EM PLÁSTICO COM TAMPA E PEDAL - 15 LITROS							
	LIXEIRA EM PLÁSTICO POLIPROPILENO COM TAMPA E PEDAL, CAPACIDADE 15 LITROS, COR BRANCA OU MARFIM. -DIMENSÕES INTERNAS: 45 X 325 X 305 mm. (CATMAT-440826). CATMAT/CATSER:440826							
	Quant. Int.							
	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE		185			R\$ 8.559,95		
	Quant. Ext.							
	160345 - HOSPITAL DE GUARNICAO DE NATAL		50			2.313,50		
	158155 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN		16			740,32		
	158373 - INST.FED.DO RN/CAMPUS JOAO CAMARA		20			925,40		
	783510 - SERVICO DE SINALIZACAO NAUTICA DO NORDESTE		10			462,70		
38	3022000000311	UNIDADE	6	45	51	R\$ 58,17	2.966,67	
	PÁ PARA COLETA DE LIXO							
	Pá coletora lixo, material coletor: polipropileno, material cabo: alumínio, comprimento cabo: 70 cm,							

	comprimento: 29 cm, largura: 29 cm, altura: 14 cm, aplicação: limpeza, características adicionais: cores variadas (CATMAT-445781) CATMAT/CATSER:445781						
	Quant. Int.						
	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	6				R\$ 349,02	
	Quant. Ext.						
	783171 - NAVIO PATRULHA MACAU	10				581,70	
	160345 - HOSPITAL DE GUARNICAO DE NATAL	10				581,70	
	158155 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN	3				174,51	
	158373 - INST.FED.DO RN/CAMPUS JOAO CAMARA	12				698,04	
	783510 - SERVICO DE SINALIZACAO NAUTICA DO NORDESTE	10				581,70	
39	3022000000412	UNIDADE	100	104	204	R\$ 6,39	1.303,56
	PÁ PARA COLETA DE LIXO (CABO DE 08 CM)						
	Pá para coleta de lixo, cabo pequeno. Comprimento do cabo: 8 cm. Material do coletor: plástico. Material do cabo: plástico. Comprimento do coletor: 14 cm. Largura coletor: 20 cm. CATMAT 337806. CATMAT/CATSER:337806						
	Quant. Int.						
	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	100				R\$ 639,00	
	Quant. Ext.						
	160345 - HOSPITAL DE GUARNICAO DE NATAL	50				319,50	
	158155 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN	2				12,78	
	783000 - COMANDO DO 3.DISTRITO NAVAL	20				127,80	
	158373 - INST.FED.DO RN/CAMPUS JOAO CAMARA	12				76,68	
	783510 - SERVICO DE SINALIZACAO NAUTICA DO NORDESTE	20				127,80	
40	3022000000411	UNIDADE	100	147	247	R\$ 8,53	2.106,91
	PÁ PARA COLETA DE LIXO (CABO DE 60 CM)						
	Pá para coleta de lixo. Sem tampa. Coletor confeccionado em plástico. Cabo em metal revestido com plástico. Comprimento do cabo: 60 cm. Comprimento do coletor: 20 cm. Largura coletor: 20 cm (aceito até 10% de variação para +/- nas medidas). Cabo e coletor em ângulo de 90º. CATMAT 338696. CATMAT/CATSER:338696						
	Quant. Int.						
	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	100				R\$ 853,00	
	Quant. Ext.						
	154582 - INST FED RN / CAMPUS SÃO GONÇALO DO AMARANTE	20				170,60	
	160345 - HOSPITAL DE GUARNICAO DE NATAL	50				426,50	
	158155 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN	30				255,90	
	783000 - COMANDO DO 3.DISTRITO NAVAL	20				170,60	
	158373 - INST.FED.DO RN/CAMPUS JOAO CAMARA	12				102,36	
	783510 - SERVICO DE SINALIZACAO NAUTICA DO NORDESTE	15				127,95	

41	3022000000305	PACOTE	2470	4006	6476	R\$ 4,27	27.652,52	
PANO DE LIMPEZA - 100% VISCOSE (PCT/5)								
Pano limpeza, material: 100% viscose e resina acrílica, comprimento: 50 cm, largura: 33 cm (variação de +/-10% em cada medida), aplicação: limpeza geral. Pacote com 05 unidades. (CATMAT-235661). CATMAT/CATSER:235661								
Quant. Int.								
153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE					2470	R\$ 10.546,90		
Quant. Ext.								
783171 - NAVIO PATRULHA MACAU					100	427,00		
154582 - INST FED RN / CAMPUS SÃO GONÇALO DO AMARANTE					400	1.708,00		
160345 - HOSPITAL DE GUARNICAO DE NATAL					1000	4.270,00		
158155 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN					456	1.947,12		
783000 - COMANDO DO 3.DISTRITO NAVAL					1000	4.270,00		
158373 - INST.FED.DO RN/CAMPUS JOAO CAMARA					50	213,50		
783510 - SERVICO DE SINALIZACAO NAUTICA DO NORDESTE					1000	4.270,00		
42	302200031172	UNIDADE	5830	4630	10460	R\$ 3,43	35.877,80	
PANO DE LIMPEZA 100% ALGODÃO (SACO DE ALGODÃO)								
Tipo alvejado, tamanho 74 x 45 cm (aceita variações de 10% nas medidas), cor branco, aplicação limpeza de chão, características adicionais: duplo, material: 100% algodão, peso mínimo: 120 gramas/m2. CATMAT 242005 , CATMAT/CATSER:242005								
Quant. Int.								
153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE					5830	R\$ 19.996,90		
Quant. Ext.								
154582 - INST FED RN / CAMPUS SÃO GONÇALO DO AMARANTE					480	1.646,40		
160345 - HOSPITAL DE GUARNICAO DE NATAL					1500	5.145,00		
158155 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN					550	1.886,50		
783000 - COMANDO DO 3.DISTRITO NAVAL					1500	5.145,00		
158373 - INST.FED.DO RN/CAMPUS JOAO CAMARA					100	343,00		
783510 - SERVICO DE SINALIZACAO NAUTICA DO NORDESTE					500	1.715,00		
43	3022000000344	Rolo	48420	4941	53361	R\$ 6,86	366.056,46	
PAPEL HIGIÊNICO 300M (2ª LINHA)								
PAPEL HIGIÊNICO, MATERIAL: 100 % CELULOSE VIRGEM, grofado, sem aparas e furos, sem perfume, 300M x 10CM, FOLHA SIMPLES, BRANCA. Entregue em pacote com no máximo 8 rolos. Fornecer amostra para avaliação da ausência de furos. Apresentar a comprovação do registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras de Recursos Ambientais.(CATMAT-224640) CATMAT/CATSER:224640								
Quant. Int.								
153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE					48420	R\$ 332.161,20		
Quant. Ext.								

	154582 - INST FED RN / CAMPUS SÃO GONÇALO DO AMARANTE		2688			18.439,68	
	160345 - HOSPITAL DE GUARNICAO DE NATAL		2000			13.720,00	
	158155 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN		103			706,58	
	158373 - INST.FED.DO RN/CAMPUS JOAO CAMARA		150			1.029,00	
44	3022000000345	Rolo	110000	18400	128400	R\$ 0,91	116.844,00
PAPEL HIGIÊNICO 30M (2º LINHA)							
PAPEL HIGIÊNICO, MATERIAL: 100 % CELULOSE VIRGEM, grofado, sem aparas e furos, sem perfume, 30M X 10CM, PICOTADO, FOLHA SIMPLES, COR BRANCA. Entregue em fardos com no máximo 64 rolos. Fornecer amostra para avaliação da ausência de furos. Apresentar a comprovação do registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras de Recursos Ambientais. (CATMAT-224639) CATMAT/CATSER:224639							
Quant. Int.							
	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE		110000			R\$ 100.100,00	
Quant. Ext.							
	160345 - HOSPITAL DE GUARNICAO DE NATAL		5000			4.550,00	
	158155 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN		12100			11.011,00	
	158373 - INST.FED.DO RN/CAMPUS JOAO CAMARA		300			273,00	
	783510 - SERVICO DE SINALIZACAO NAUTICA DO NORDESTE		1000			910,00	
45	3022000000173	Rolo	3000	18988	21988	R\$ 1,27	27.924,76
PAPEL HIGIÊNICO 30M (PLS-UFRN)							
PAPEL HIGIÊNICO, MATERIAL: CELULOSE VIRGEM, 30M X 10CM, PICOTADO, FOLHA SIMPLES, BRANCA, SEM FUROS; Entregue em fardos com no máximo 64 rolos. CERTIFICADO expedido pelo INMETRO ou entidade por ele credenciada de que atende à norma NBR 15464-1:2007 (papel higiênico folha simples) e ficha técnica do produto a ser fornecida pelo fabricante. (CATMAT-224639) CATMAT/CATSER:224639							
Quant. Int.							
	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE		3000			R\$ 3.810,00	
Quant. Ext.							
	154582 - INST FED RN / CAMPUS SÃO GONÇALO DO AMARANTE		12288			15.605,76	
	160345 - HOSPITAL DE GUARNICAO DE NATAL		5000			6.350,00	
	158373 - INST.FED.DO RN/CAMPUS JOAO CAMARA		700			889,00	
	783510 - SERVICO DE SINALIZACAO NAUTICA DO NORDESTE		1000			1.270,00	
46	3022000000061	UNIDADE	50	94	144	R\$ 19,39	2.792,16
REFIL MOP ÚMIDO 100% ALGODÃO							
Refil para Mop úmido de fibra 100% algodão; ponta dobrada de gramatura mínima de 290g. Cor principal branca, outras cores será definida no envio do empenho. Garantia de 12 meses. (CATMAT:229707) CATMAT/CATSER:229707							
Quant. Int.							
	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE		50			R\$ 969,50	

	Quant. Ext.							
	160345 - HOSPITAL DE GUARNICAO DE NATAL			50	969,50			
	158155 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN			34	659,26			
	783510 - SERVICO DE SINALIZACAO NAUTICA DO NORDESTE			10	193,90			
47	3022000000171	FRASCO	6	510	516	R\$ 10,94	5.645,04	
	REFIL PARA DISPENSADOR - ÁLCOOL ANTISSEPTICO 70% (GEL)							
	Refil para dispensador. - Álcool antisséptico 70% contendo 800 ml (INPM). Apresentação: gel. CATMAT 429225 CATMAT/CATSER:429225							
	Quant. Int.							
	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE			6	R\$ 65,64			
	Quant. Ext.							
	160345 - HOSPITAL DE GUARNICAO DE NATAL			500	5.470,00			
	783510 - SERVICO DE SINALIZACAO NAUTICA DO NORDESTE			10	109,40			
48	302200030960	UNIDADE	200	313	513	R\$ 12,26	6.289,38	
	RODO DE BORRACHA COM BASE PLÁSTICA							
	>Com base mínima de 40cm, em plástico resistente; >Com dupla lâmina em borracha; >Com cabo em madeira. (CATMAT-238644) CATMAT/CATSER:238644							
	Quant. Int.							
	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE			200	R\$ 2.452,00			
	Quant. Ext.							
	783171 - NAVIO PATRULHA MACAU			10	122,60			
	154582 - INST FED RN / CAMPUS SÃO GONÇALO DO AMARANTE			20	245,20			
	160345 - HOSPITAL DE GUARNICAO DE NATAL			60	735,60			
	158155 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN			58	711,08			
	783000 - COMANDO DO 3.DISTRITO NAVAL			100	1.226,00			
	158373 - INST.FED.DO RN/CAMPUS JOAO CAMARA			15	183,90			
	783510 - SERVICO DE SINALIZACAO NAUTICA DO NORDESTE			50	613,00			
49	3022000000046	UNIDADE	100	52	152	R\$ 5,93	901,36	
	RODO PARA PIA							
	- TAMANHO APROXIMADO: 15(C)X13(L)cm; Cabo e suporte da borracha em material plástico CATMAT 607532 CATMAT/CATSER:607532							
	Quant. Int.							
	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE			100	R\$ 593,00			
	Quant. Ext.							
	160345 - HOSPITAL DE GUARNICAO DE NATAL			10	59,30			

	158155 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN	22	130,46	
	158373 - INST.FED.DO RN/CAMPUS JOAO CAMARA	10	59,30	
	783510 - SERVICO DE SINALIZACAO NAUTICA DO NORDESTE	10	59,30	
50	302200000585	BARRA	2000	1650 3650 R\$ 2,82 10.293,00
	SABAO EM PEDRA NEUTRO 180G-200G			
	- Com glicerina e branqueador óptico; - Unidade de medida "Barra" representa a barra 180g ; - Apresentação da Embalagem: com 05 tabletes de 180g ; - Produto regular perante a ANVISA; - Validade Mínima de 12 meses. CATMAT 298406. CATMAT/CATSER:298406			
	Quant. Int.			
	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	2000	R\$ 5.640,00	
	Quant. Ext.			
	783171 - NAVIO PATRULHA MACAU	100	282,00	
	160345 - HOSPITAL DE GUARNICAO DE NATAL	1000	2.820,00	
	158155 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN	400	1.128,00	
	158373 - INST.FED.DO RN/CAMPUS JOAO CAMARA	50	141,00	
	783510 - SERVICO DE SINALIZACAO NAUTICA DO NORDESTE	100	282,00	
51	302200000550	CAIXA	8372	4980 13352 R\$ 12,48 166.632,96
	SABÃO EM PÓ 1KG			
	>Composição: Tensoativo aniônico, alcalinizante, sais inorgânicos, enzima, sequestrante, branqueador >óptico, corante, perfume e água; Embalagem em caixa de papelão com 1000grs; Produto regular perante a ANVISA; >Validade Mínima de 12 Meses. Apresentar a comprovação do registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras de Recursos Ambientais (CATMAT-226795) CATMAT/CATSER:226795			
	Quant. Int.			
	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	8372	R\$ 104.482,56	
	Quant. Ext.			
	783171 - NAVIO PATRULHA MACAU	30	374,40	
	154582 - INST FED RN / CAMPUS SÃO GONÇALO DO AMARANTE	30	374,40	
	160345 - HOSPITAL DE GUARNICAO DE NATAL	2000	24.960,00	
	158155 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN	560	6.988,80	
	783000 - COMANDO DO 3.DISTRITO NAVAL	1500	18.720,00	
	158373 - INST.FED.DO RN/CAMPUS JOAO CAMARA	60	748,80	
	783510 - SERVICO DE SINALIZACAO NAUTICA DO NORDESTE	800	9.984,00	
52	302200000623	Litro	28400	3030 31430 R\$ 8,87 278.784,10
	SABONETE LIQUIDO NEUTRO BIODEGRADAVEL - 1L			
	- Para limpeza das mãos; - Essência a combinar; - Composição: Tensoativo aniônico, Tensoativo catiônico, Neutralizante, aditivos e veículo; - Embalagem plástica resistente a quedas e com alça para excelente encaixe da mão quando molhada e ensaboada; - Embalagem de até 3 litros - Registro válido na ANVISA/MS; - Validade Mínima de 12 meses. (CATMAT-428071)			

	CATMAT/CATSER:428071							
	Quant. Int.							
	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE		28400			R\$ 251.908,00		
	Quant. Ext.							
	783171 - NAVIO PATRULHA MACAU		30			266,10		
	154582 - INST FED RN / CAMPUS SÃO GONÇALO DO AMARANTE		480			4.257,60		
	160345 - HOSPITAL DE GUARNICAO DE NATAL		1000			8.870,00		
	158155 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN		600			5.322,00		
	783000 - COMANDO DO 3.DISTRITO NAVAL		700			6.209,00		
	158373 - INST.FED.DO RN/CAMPUS JOAO CAMARA		120			1.064,40		
	783510 - SERVICO DE SINALIZACAO NAUTICA DO NORDESTE		100			887,00		
53	3022000000389	Litro	180	1130	1310	R\$ 8,84	11.580,40	
	SABONETE LIQUIDO NEUTRO BIODEGRADAVEL - 1L (ITEM REFERENTE À COTA RESERVADA PARA ME/EPP)							
	- Para limpeza das mãos; - Essência a combinar; - Composição: Tensoativo aniônico, Tensoativo catiônico, Neutralizante, aditivos e veículo; - Embalagem plástica resistente a quedas e com alça para excelente encaixe da mão quando molhada e ensaboada; - Apresentação: embalagem de até 3 litros; - Registro válido na ANVISA/MS; - Validade Mínima de 12 meses. (CATMAT-428071) (ITEM REFERENTE À COTA RESERVADA PARA ME/EPP)							
	Quant. Int.							
	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE		180			R\$ 1.591,20		
	Quant. Ext.							
	160345 - HOSPITAL DE GUARNICAO DE NATAL		1000			8.840,00		
	158155 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN		10			88,40		
	158373 - INST.FED.DO RN/CAMPUS JOAO CAMARA		120			1.060,80		
54	3022000000084	UNIDADE	200	1040	1240	R\$ 29,24	36.257,60	
	SABONETE LÍQUIDO PARA DESINFECÇÃO DAS MÃOS							
	Sabonete líquido desinfetante para lavagem e desinfecção das mãos (uso industrial/institucional); - Composição do produto: 1. Tensoativo Mistura de tensoativos aniônicos, 2. anfóteros e mono/diestearato de etileno glicol 3. Princípio ativo bactericida Irgasan DP 300 (TRICLOSAN-0,5%) 4. Física 5. pH (100%) 6,5 – 7,5 6. Viscosidade (Copo Ford 4/25oC) 30" – 1'10" ESPECIFICAÇÃO FÍSICO-QUÍMICAS: - ASPECTO VISCOSO, COR E ODOR CARACTERÍSTICO AO PRODUTO; - APRESENTAÇÃO: UNIDADE: BOMBONA PLÁSTICA LACRADA CONTENDO 05 LITROS; - VALIDADE MÍNIMA: 12 MESES; OBSERVAÇÕES: - APRESENTAR PERFIL TÉCNICO DO PRODUTO; - APRESENTAR O CATÁLOGO ORIGINAL; - APRESENTAR O LAUDO MICROBIOLÓGICO DE EFICÁCIA DO PRODUTO; - APRESENTAR REGISTRO MS/ANVISA; (CATMAT:384525) CATMAT/CATSER:384525							
	Quant. Int.							
	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE		200			R\$ 5.848,00		
	Quant. Ext.							
	154838 - INST FED RN / CAMPUS CEARÁ-MIRIM		20			584,80		
	160345 - HOSPITAL DE GUARNICAO DE NATAL		1000			29.240,00		
	158373 - INST.FED.DO RN/CAMPUS JOAO CAMARA		20			584,80		

55	3022000000017	PACOTE	210	601	811	R\$ 138,93	112.672,23	
SACO DE LIXO - AMARELO - 130 LITROS								
- SACO DE LIXO; - PARA COLETA SELETIVA; - MATERIAL: POLIETILENO DE BAIXA DENSIDADE; - CAPACIDADE APROXIMADA: 130 LITROS; - COR: AMARELO; - PACOTE COM 100 UNIDADES. CATMAT 274719. CATMAT/CATSER:274719								
Quant. Int.								
	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE		210			R\$ 29.175,30		
Quant. Ext.								
	160345 - HOSPITAL DE GUARNICAO DE NATAL		500			69.465,00		
	158155 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN		1			138,93		
	783510 - SERVICO DE SINALIZACAO NAUTICA DO NORDESTE		100			13.893,00		
56	3022000000016	PACOTE	310	620	930	R\$ 98,17	91.298,10	
SACO DE LIXO - AZUL - 130 LITROS								
- SACO DE LIXO; - PARA COLETA SELETIVA; - MATERIAL: POLIETILENO DE BAIXA DENSIDADE; - CAPACIDADE APROXIMADA: 130 LITROS; - COR: AZUL; - PACOTE COM 100 UNIDADES. CATMAT 274719. CATMAT/CATSER:274719								
Quant. Int.								
	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE		310			R\$ 30.432,70		
Quant. Ext.								
	160345 - HOSPITAL DE GUARNICAO DE NATAL		500			49.085,00		
	158373 - INST.FED.DO RN/CAMPUS JOAO CAMARA		20			1.963,40		
	783510 - SERVICO DE SINALIZACAO NAUTICA DO NORDESTE		100			9.817,00		
57	3022000000005	PACOTE	10	603	613	R\$ 45,32	27.781,16	
SACO DE LIXO - AZUL - 60 LITROS								
- SACO DE LIXO; - PARA COLETA SELETIVA; - MATERIAL: POLIETILENO DE BAIXA DENSIDADE; - CAPACIDADE APROXIMADA: 60 LITROS; - COR: AZUL; - PACOTE COM 100 UNIDADES. CATMAT 355985. CATMAT/CATSER:355985								
Quant. Int.								
	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE		10			R\$ 453,20		
Quant. Ext.								
	783171 - NAVIO PATRULHA MACAU		20			906,40		
	160345 - HOSPITAL DE GUARNICAO DE NATAL		500			22.660,00		
	158155 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN		3			135,96		
	783000 - COMANDO DO 3.DISTRITO NAVAL		10			453,20		
	158373 - INST.FED.DO RN/CAMPUS JOAO CAMARA		20			906,40		
	783510 - SERVICO DE SINALIZACAO NAUTICA DO NORDESTE		50			2.266,00		
58	3022000000015	PACOTE	210	520	730	R\$ 64,71	47.238,30	

	SACO DE LIXO - CINZA - 130 LITROS							
	- SACO DE LIXO; - PARA COLETA SELETIVA; - MATERIAL: POLIETILENO DE BAIXA DENSIDADE; - CAPACIDADE APROXIMADA: 130 LITROS; - COR: CINZA; - PACOTE COM 100 UNIDADES. CATMAT 274719. CATMAT/CATSER:274719							
	Quant. Int.							
	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE		210			R\$ 13.589,10		
	Quant. Ext.							
	160345 - HOSPITAL DE GUARNICAO DE NATAL		500			32.355,00		
	783510 - SERVICO DE SINALIZACAO NAUTICA DO NORDESTE		20			1.294,20		
59	3022000000014	PACOTE	300	520	820	R\$ 60,62	49.708,40	
	SACO DE LIXO - MARROM - 130 LITROS							
	- SACO DE LIXO; - PARA COLETA SELETIVA; - MATERIAL: POLIETILENO DE BAIXA DENSIDADE; - CAPACIDADE APROXIMADA: 130 LITROS; - COR: MARROM; - PACOTE COM 100 UNIDADES. CATMAT 274719, CATMAT/CATSER:274719							
	Quant. Int.							
	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE		300			R\$ 18.186,00		
	Quant. Ext.							
	160345 - HOSPITAL DE GUARNICAO DE NATAL		500			30.310,00		
	783510 - SERVICO DE SINALIZACAO NAUTICA DO NORDESTE		20			1.212,40		
60	3022000000012	PACOTE	310	520	830	R\$ 56,50	46.895,00	
	SACO DE LIXO - VERMELHO - 130 LITROS							
	- SACO DE LIXO; - PARA COLETA SELETIVA; - MATERIAL: POLIETILENO DE BAIXA DENSIDADE; - CAPACIDADE APROXIMADA: 130 LITROS; - COR: VERMELHO; - PACOTE COM 100 UNIDADES. CATMAT 274719. CATMAT/CATSER:274719							
	Quant. Int.							
	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE		310			R\$ 17.515,00		
	Quant. Ext.							
	160345 - HOSPITAL DE GUARNICAO DE NATAL		500			28.250,00		
	783510 - SERVICO DE SINALIZACAO NAUTICA DO NORDESTE		20			1.130,00		
61	3022000000155	EMBALAGEM	243	1240	1483	R\$ 31,33	46.462,39	
	SACO DE LIXO HOSPITALAR PEAD BRANCO 100 LITROS							
	Saco para acondicionamento e descarte de resíduos sólidos biológicos/infectantes feito a partir de polietileno de alta densidade (PEAD), de material virgem, que oferece alta resistência mecânica e opacidade de cor branco-leitoso. A solda de fundo do tipo estrela, uniforme, contínua e homogênea. Seguindo todos os parâmetros descritos na Norma 9191 da ABNT. O saco deve ter pelo menos 75 cm de largura, 105 cm de altura e suportar um peso mínimo de 30 Kg. Deverá conter ainda o símbolo de material infectante de acordo com a NBR7500 e o número de subclasse de risco 6.2. Seguir a regulação da ANVISA. Apresentar na embalagem a composição em PEAD, as dimensões descritas e a capacidade em Kg que suporta. Embalagem com 100 unidades. CATMAT - 353776 CATMAT/CATSER:353776							

	Quant. Int.							
	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE			243	R\$ 7.613,19			
	Quant. Ext.							
	160345 - HOSPITAL DE GUARNICAO DE NATAL			1000	31.330,00			
	783000 - COMANDO DO 3.DISTRITO NAVAL			240	7.519,20			
62	3022000000156	EMBALAGEM	176	1200	1376	R\$ 26,57	36.560,32	
	SACO DE LIXO HOSPITALAR PEAD BRANCO 50 LITROS							
	Saco para acondicionamento e descarte de resíduos sólidos biológicos/infectantes feito a partir de polietileno de alta densidade (PEAD), de material virgem, apresentando alta resistência mecânica e opacidade de cor branco-leitoso. A solda de fundo do tipo estrela, uniforme, contínua e homogênea. Seguindo todos os parâmetros descritos na Norma 9191 da ABNT. O saco deve ter pelo menos 63 cm de largura, 80 cm de altura e suportar um peso mínimo de 15 Kg. Deverá conter ainda o símbolo de material infectante de acordo com a NBR7500 e o número de subclasse de risco 6.2. Seguir a regulação da ANVISA. Apresentar na embalagem a composição em PEAD, as dimensões descritas e a capacidade em Kg que suporta. Embalagem com 100 un. CATMAT: 353773 CATMAT/CATSER:353773							
	Quant. Int.							
	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE			176	R\$ 4.676,32			
	Quant. Ext.							
	783171 - NAVIO PATRULHA MACAU			10	265,70			
	154838 - INST FED RN / CAMPUS CEARÁ-MIRIM			20	531,40			
	160345 - HOSPITAL DE GUARNICAO DE NATAL			1000	26.570,00			
	783000 - COMANDO DO 3.DISTRITO NAVAL			170	4.516,90			
63	3022000000306	PACOTE	2592	3954	6546	R\$ 40,06	262.232,76	
	SACO PLÁSTICO PARA LIXO - 100L							
	Saco plástico lixo, capacidade: 100 l, cor: preta, aplicação: coleta de lixo, material: polietileno. Densidade: 0,3 micras. Medidas: 75 x 105 cm (até +/-5% de variação em cada medida). Pacote com 100 unidades. (CATMAT-470833) CATMAT/CATSER:470833							
	Quant. Int.							
	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE			2592	R\$ 103.835,52			
	Quant. Ext.							
	154582 - INST FED RN / CAMPUS SÃO GONÇALO DO AMARANTE			72	2.884,32			
	160345 - HOSPITAL DE GUARNICAO DE NATAL			3000	120.180,00			
	158155 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN			262	10.495,72			
	783000 - COMANDO DO 3.DISTRITO NAVAL			500	20.030,00			
	158373 - INST.FED.DO RN/CAMPUS JOAO CAMARA			20	801,20			
	783510 - SERVICO DE SINALIZACAO NAUTICA DO NORDESTE			100	4.006,00			
64	3022000000308	PACOTE	1700	2335	4035	R\$ 23,47	94.701,45	
	SACO PLÁSTICO PARA LIXO - 30L							
	Saco plástico lixo, capacidade: 30 l, cor: preta, apresentação: peça única, largura: 59 cm, altura: 62 cm (até +/-5% de variação em cada medida). Densidade 0,2 micras. Pacote com 100 unidades (CATMAT-							

	226092) CATMAT/CATSER:226092							
	Quant. Int.							
	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE		1700			R\$ 39.899,00		
	Quant. Ext.							
	160345 - HOSPITAL DE GUARNICAO DE NATAL		2000			46.940,00		
	158155 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN		265			6.219,55		
	158373 - INST.FED.DO RN/CAMPUS JOAO CAMARA		20			469,40		
	783510 - SERVICO DE SINALIZACAO NAUTICA DO NORDESTE		50			1.173,50		
65	3022000000307	PACOTE	1877	4335	6212	R\$ 22,03	136.850,36	
	SACO PLÁSTICO PARA LIXO - 50L							
	Saco plástico lixo, capacidade: 50 l, cor: preta, aplicação: coleta de lixo, material: polietileno. Densidade: 0,3 micras. Medidas: 63 x 80 cm (+/-5% de variação em cada medida). Pacote com 100 unidades(CATMAT-372616) CATMAT/CATSER:372616							
	Quant. Int.							
	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE		1877			R\$ 41.350,31		
	Quant. Ext.							
	160345 - HOSPITAL DE GUARNICAO DE NATAL		3000			66.090,00		
	158155 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN		265			5.837,95		
	783000 - COMANDO DO 3.DISTRITO NAVAL		1000			22.030,00		
	158373 - INST.FED.DO RN/CAMPUS JOAO CAMARA		20			440,60		
	783510 - SERVICO DE SINALIZACAO NAUTICA DO NORDESTE		50			1.101,50		
66	3022000000402	PACOTE	60	760	820	R\$ 75,13	61.606,60	
	SACO PLÁSTICO PARA LIXO HOSPITALAR PEAD - 200 LITROS							
	Saco plástico para coleta de lixo hospitalar, para acondicionamento e descarte de resíduos sólidos biológicos/infectantes feito a partir de polietileno de alta densidade (PEAD). A solda deverá ser uniforme, contínua e homogênea. Seguindo todos os parâmetros descritos na Norma 9191 da ABNT. Deverá conter, ainda, o símbolo de material infectante de acordo com a NBR7500 e o número de subclasse de risco 6.2. Seguir a regulação da ANVISA. Apresentar, na embalagem, a composição em PEAD, as dimensões descritas e a capacidade em Kg que suporta. Capacidade: 200 LITROS , Cor: Branca. Dimensões: 90X110 cm (aproximadamente). Embalagem com 100 unidades. CATMAT 246551. CATMAT/CATSER:246551							
	Quant. Int.							
	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE		60			R\$ 4.507,80		
	Quant. Ext.							
	160345 - HOSPITAL DE GUARNICAO DE NATAL		500			37.565,00		
	158155 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN		260			19.533,80		
67	3022000000401	PACOTE	60	1000	1060	R\$ 31,39	33.273,40	
	SACO PLÁSTICO PARA LIXO HOSPITALAR PEAD BRANCO - 30 LITROS							
	Saco plástico para coleta de lixo hospitalar, para acondicionamento e descarte de resíduos sólidos biológicos/infectantes feito a partir de polietileno de alta densidade (PEAD). A solda deverá ser uniforme,							

	contínua e homogênea. Seguindo todos os parâmetros descritos na Norma 9191 da ABNT. Deverá conter, ainda, o símbolo de material infectante de acordo com a NBR7500 e o número de subclasse de risco 6.2. Seguir a regulação da ANVISA. Apresentar, na embalagem, a composição em PEAD, as dimensões descritas e a capacidade em Kg que suporta. Capacidade: 30 LITROS , Cor: Branca. Dimensões: 59x62 cm. Embalagem com 100 unidades. CATMAT 246550. CATMAT/CATSER:246550							
	Quant. Int.							
	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE		60			R\$ 1.883,40		
	Quant. Ext.							
	160345 - HOSPITAL DE GUARNICAO DE NATAL		1000			31.390,00		
68	3022000000013	PACOTE	200	520	720	R\$ 59,90	43.128,00	
	SACOS DE LIXOS 130 LITROS - COLETA SELETIVA - VERDE							
	- SACO DE LIXO; - PARA COLETA SELETIVA; - MATERIAL: POLIETILENO DE BAIXA DENSIDADE; - CAPACIDADE APROXIMADA: 130 LITROS; - COR: VERDE; - PACOTE COM 100 UNIDADES. CATMAT 274719. CATMAT/CATSER:274719							
	Quant. Int.							
	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE		200			R\$ 11.980,00		
	Quant. Ext.							
	160345 - HOSPITAL DE GUARNICAO DE NATAL		500			29.950,00		
	783510 - SERVICO DE SINALIZACAO NAUTICA DO NORDESTE		20			1.198,00		
69	302200002758	UNIDADE	78	115	193	R\$ 242,22	46.748,46	
	TAMBOR DE PLASTICO RESISTENTE, PARA LIXO - CAP. 200L							
	TAMBOR PLÁSTICO, VOLUME 200 LITROS, COM TAMPAS REMOVÍVEL E FECHAMENTO DE TAMPAS COM ENCAIXE, APLICAÇÃO ARMAZENAMENTO DE REJEITOS SÓLIDOS, COR AZUL.(CATMAT:329885) CATMAT/CATSER:329885							
	Quant. Int.							
	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE		78			R\$ 18.893,16		
	Quant. Ext.							
	154582 - INST FED RN / CAMPUS SÃO GONÇALO DO AMARANTE		4			968,88		
	160345 - HOSPITAL DE GUARNICAO DE NATAL		100			24.222,00		
	158155 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN		6			1.453,32		
	783510 - SERVICO DE SINALIZACAO NAUTICA DO NORDESTE		5			1.211,10		
70	3022000000346	PACOTE	50000	16624	66624	R\$ 11,99	798.821,76	
	TOALHA DE PAPEL BRANCA 1.000FLS (2º e 3º LINHA)							
	Toalha de papel de folha simples, interfolhada, com duas dobras, medindo 23cm de comprimento x 21cm de largura, acondicionada em PACOTE com 1.000 folhas, onde o mesmo deve ser subdividido em 04 pacotes embalados com 250 unidades ou 05 pacotes embalados com 200 unidades. Com variação dimensional máxima de +/- 2cm; Composição: 100% fibras celulósicas. Fornecer ficha técnica do fabricante. Apresentar a comprovação do registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras de Recursos Ambientais (CATMAT-353142). CATMAT/CATSER:353142							
	Quant. Int.							

	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE		50000			R\$ 599.500,00	
	Quant. Ext.						
	783171 - NAVIO PATRULHA MACAU		100			1.199,00	
	160345 - HOSPITAL DE GUARNICAO DE NATAL		5000			59.950,00	
	158155 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN		1504			18.032,96	
	783000 - COMANDO DO 3.DISTRITO NAVAL		10000			119.900,00	
	783510 - SERVICO DE SINALIZACAO NAUTICA DO NORDESTE		20			239,80	
71	3022000000175	PACOTE	4720	5820	10540	R\$ 15,50	163.370,00
	TOALHA DE PAPEL BRANCA 1.000FLS (PLS-UFRN)						
	Toalha de papel de folha simples, interfolhada, com duas dobras, medindo 23cm de comprimento x 21cm de largura, acondicionada em PACOTE com 1.000 folhas, onde o mesmo deve ser subdividido em 04 pacotes embalados com 250 unidades ou 05 pacotes embalados com 200 unidades. Com variação dimensional máxima de +/- 2cm; Composição: 100% fibras celulósicas. CERTIFICADO expedido pelo INMETRO ou entidade por ele credenciada de que atende à norma NBR 15464-7:2007 (toalhas de papel de folha simples) e ficha técnica do produto a ser fornecida pelo fabricante. (CATMAT-353142). CATMAT/CATSER:353142						
	Quant. Int.						
	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE		4720			R\$ 73.160,00	
	Quant. Ext.						
	154582 - INST FED RN / CAMPUS SÃO GONÇALO DO AMARANTE		600			9.300,00	
	160345 - HOSPITAL DE GUARNICAO DE NATAL		5000			77.500,00	
	158373 - INST.FED.DO RN/CAMPUS JOAO CAMARA		200			3.100,00	
	783510 - SERVICO DE SINALIZACAO NAUTICA DO NORDESTE		20			310,00	
72	3022000000177	Rolo	7500	854	8354	R\$ 5,57	46.531,78
	TOALHA DE PAPEL BRANCA 60FLS (PLS-UFRN)						
	TOALHA DE PAPEL, MATERIAL PAPEL, TIPO FOLHA DUPLA PICOTADA, 60 FOLHAS, COMPRIMENTO 22CM X LARGURA 20CM. CERTIFICADO expedido pelo INMETRO ou entidade por ele credenciada de que atende à norma NBR 15464-5:2007 (toalhas de papel folha dupla - Uso doméstico) e ficha técnica do produto a ser fornecida pelo fabricante. Apresentar a comprovação do registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras de Recursos Ambientais. (CATMAT-249547) CATMAT/CATSER:249547						
	Quant. Int.						
	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE		7500			R\$ 41.775,00	
	Quant. Ext.						
	154582 - INST FED RN / CAMPUS SÃO GONÇALO DO AMARANTE		144			802,08	
	160345 - HOSPITAL DE GUARNICAO DE NATAL		500			2.785,00	
	158155 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN		10			55,70	
	783510 - SERVICO DE SINALIZACAO NAUTICA DO NORDESTE		200			1.114,00	
73	3022000000187	UNIDADE	400	679	1079	R\$ 13,06	14.091,74

	VASSOURA DE NYLON COM 30 CM							
	VASSOURA DE NYLON COM 30 CM, COMPRIMENTO CERDAS MÍNIMO 5 CM, COM CABO ROSCÁVEL PROTEGIDO COM PLÁSTICO (CATMAT: 234406). CATMAT/CATSER:234406							
	Quant. Int.							
	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE		400			R\$ 5.224,00		
	Quant. Ext.							
	783171 - NAVIO PATRULHA MACAU		10			130,60		
	154582 - INST FED RN / CAMPUS SÃO GONÇALO DO AMARANTE		30			391,80		
	160345 - HOSPITAL DE GUARNICAO DE NATAL		100			1.306,00		
	158155 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN		84			1.097,04		
	783000 - COMANDO DO 3.DISTRITO NAVAL		400			5.224,00		
	158373 - INST.FED.DO RN/CAMPUS JOAO CAMARA		15			195,90		
	783510 - SERVICO DE SINALIZACAO NAUTICA DO NORDESTE		40			522,40		
74	302200000720	UNIDADE	200	142	342	R\$ 4,86	1.662,12	
	VASSOURA PARA PIA EM PIAÇAVA							
	Vassourinha piaçava. - CABO APARELHADO; - VIROLA DE AÇO. Comprimento: 30 cm. CATMAT 232390. CATMAT/CATSER:232390							
	Quant. Int.							
	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE		200			R\$ 972,00		
	Quant. Ext.							
	160345 - HOSPITAL DE GUARNICAO DE NATAL		100			486,00		
	158155 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN		2			9,72		
	783510 - SERVICO DE SINALIZACAO NAUTICA DO NORDESTE		40			194,40		
75	3022000000309	UNIDADE	1100	207	1307	R\$ 14,65	19.147,55	
	VASSOURA PIAÇAVA - 20CM							
	Vassoura, material cerdas: piaçava, material cabo: madeira plastificada, material cepa: madeira, comprimento cepa: 20 cm, comprimento cerdas: mínimo 9 cm, características adicionais: com cabo rosqueado. (CATMAT-226144) Apresentar a comprovação do registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras de Recursos Ambientais. CATMAT/CATSER:226144							
	Quant. Int.							
	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE		1100			R\$ 16.115,00		
	Quant. Ext.							
	783171 - NAVIO PATRULHA MACAU		10			146,50		
	154582 - INST FED RN / CAMPUS SÃO GONÇALO DO AMARANTE		40			586,00		
	160345 - HOSPITAL DE GUARNICAO DE NATAL		50			732,50		
	158155 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN		52			761,80		
	158373 - INST.FED.DO RN/CAMPUS JOAO CAMARA		15			219,75		
	783510 - SERVICO DE SINALIZACAO NAUTICA DO		40			586,00		

	NORDESTE							
76	3022000000154	UNIDADE	130	88	218	R\$ 19,97	4.353,46	
	VASSOURA PIAÇAVA - 40CM (TIPO GARI)							
	MATERIAL CERDAS: PIAÇAVA, MATERIAL CABO: MADEIRA, MATERIAL CEPA: MADEIRA, COMPRIMENTO CEPA: 40, COMPRIMENTO CERDAS: MÍNIMO 9, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM CABO FIXO, TIPO GARI. (CATMAT-318938) CATMAT/CATSER:318938							
	Quant. Int.							
	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE				130	R\$ 2.596,10		
	Quant. Ext.							
	154582 - INST FED RN / CAMPUS SÃO GONÇALO DO AMARANTE				10	199,70		
	160345 - HOSPITAL DE GUARNICAO DE NATAL				50	998,50		
	158155 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN				18	359,46		
	783510 - SERVICO DE SINALIZACAO NAUTICA DO NORDESTE				10	199,70		
ITENS EXCLUSIVOS À ME/EPP								
2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 53, 54, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 66, 67, 68, 69, 72, 73, 74, 75, 76.								
Detalhamento Por UASG								
	UASG							
	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE					R\$ 2.907.975,58		
	783171 - NAVIO PATRULHA MACAU					R\$ 7.919,83		
	154582 - INST FED RN / CAMPUS SÃO GONÇALO DO AMARANTE					R\$ 95.174,18		
	160345 - HOSPITAL DE GUARNICAO DE NATAL					R\$ 1.092.283,20		
	158155 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN					R\$ 173.755,89		
	783000 - COMANDO DO 3.DISTRITO NAVAL					R\$ 256.767,66		
	158373 - INST.FED.DO RN/CAMPUS JOAO CAMARA					R\$ 34.298,73		
	783510 - SERVICO DE SINALIZACAO NAUTICA DO NORDESTE					R\$ 85.142,45		
	154838 - INST FED RN / CAMPUS CEARÁ-MIRIM					R\$ 12.968,55		
Valor Total do Processo: R\$ 4.666.286,07								

1.2. Valor Total Estimado: R\$ 4.666.286,07 (QUATRO MILHÕES, SEISCENTOS E SESENTA E SEIS MIL DUZENTOS E OITENTA E SEIS REAIS E SETE CENTAVOS), sendo este o VALOR MÁXIMO DA PROPOSTA ACEITÁVEL.

1.2.1. A proposta de preço para cada item NÃO DEVERÁ SER SUPERIOR AO PREÇO MÁXIMO FIXADO na tabela acima.

1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como **comuns**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.5. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) assinatura do contrato ou instrumento equivalente, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2 – FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2. Fundamentação e Descrição da Necessidade da Contratação.

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos

Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

2.2.1. ID PCA no PNCP: 24365710000183-0-000001/2025;

2.2.2. Data de publicação no PNCP: 01/04/2025;

2.2.3. Id do item no PCA: 167;

2.2.4. Classe/Grupo: 7930 - COMPOSTOS E PREPARADOS PARA LIMPEZA E POLIMENTO;

2.2.5. Identificador da Futura Contratação: 153103-18/2025.

3 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3. Descrição da Solução.

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4. Requisitos da Contratação.

Da Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Para os itens abaixo relacionados, cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021, só será admitida a oferta de produto cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981.

4.1.1.1. Item 43 - PAPEL HIGIÊNICO 300M (2ª LINHA); item 45 - PAPEL HIGIÊNICO 30M (2ª LINHA); item 51 - SABÃO EM PÓ; item 70 - TOALHA DE PAPEL BRANCA 1.000FLS (2ª LINHA); item 72 - TOALHA DE PAPEL BRANCA 60FLS (PLS-UFRN); item 75 - VASSOURA PIAÇAVA - 20CM;

4.1.2. Para os itens enquadrados no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021 o Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie juntamente com a proposta, sob pena de não-aceitação, o Comprovante de Registro do fabricante do produto no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA nº 13 /2021e normas supervenientes;

4.1.2.1. A apresentação do Certificado de Regularidade será dispensada, caso o Pregoeiro logre êxito em obtê-lo mediante consulta on line ao sítio oficial do IBAMA, anexando-o ao processo.

4.1.3. O Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie juntamente com a proposta, sob pena de não aceitação:

4.1.3.1. O documento comprobatório da notificação/registro do produto na ANVISA, conforme legislação vigente, notadamente a Lei nº 6.360, de 1976 e o Decreto nº 8.077, de 2013, apenas para os itens que exijam o registro perante a ANVISA/MS em sua especificação técnica constante da lista de itens deste Termo de referência.

Da Exigência de Amostras

4.2. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua avaliação divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.

4.3. Serão exigidas amostras dos seguintes itens:

4.3.1. Item 41 - PANO DE LIMPEZA - 100% VISCOSE (PCT/5);

4.3.2. Item 42 - PANO DE LIMPEZA 100% ALGODÃO (SACO DE ALGODÃO);

4.3.3. Item 43 - PAPEL HIGIÊNICO 300M (2ª LINHA);

4.3.4. Item 44 - PAPEL HIGIÊNICO 30M (2ª LINHA);

- 4.3.5.** Item 63 - SACO PLÁSTICO PARA LIXO - 100L;
- 4.3.6.** Item 64 - SACO PLÁSTICO PARA LIXO - 30L;
- 4.3.7.** Item 65 - SACO PLÁSTICO PARA LIXO - 50L;
- 4.3.8.** Item 70 - TOALHA DE PAPEL BRANCA 1.000FLS (2ª LINHA);
- 4.3.9.** Item 72 - TOALHA DE PAPEL BRANCA 60FLS (PLS-UFRN).

4.4. As amostras poderão ser entregues no endereço DIRETORIA DE LOGÍSTICA / ALMOXARIFADO CENTRAL – Avenida Senador Salgado Filho, 3000, Lagoa Nova, CEP 59078-970, no prazo limite de 8 (oito) dias úteis, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

4.6. É facultada prorrogação o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.

4.7. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

4.8. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:

- 4.8.1.** Item 41 - PANO DE LIMPEZA - 100% VISCOSE (PCT/5): serão analisadas as medidas do material;
- 4.8.2.** Item 42 - PANO DE LIMPEZA 100% ALGODÃO (SACO DE ALGODÃO): serão analisadas as medidas e a gramatura do material;
- 4.8.3.** Item 43 - PAPEL HIGIÊNICO 300M (2ª LINHA): serão analisadas as medidas dos materiais, a ausência de furos, rasgos, picote e aparas.
- 4.8.4.** Item 44 - PAPEL HIGIÊNICO 30M (2ª LINHA): serão analisadas as medidas dos materiais e a ausência de furos, rasgos, picote e aparas.
- 4.8.5.** Item 63 - SACO PLÁSTICO PARA LIXO - 100L: serão analisadas as medidas do material;
- 4.8.6.** Item 64 - SACO PLÁSTICO PARA LIXO - 30L: serão analisadas as medidas do material;
- 4.8.7.** Item 65 - SACO PLÁSTICO PARA LIXO - 50L: serão analisadas as medidas do material;
- 4.8.8.** Item 70 - TOALHA DE PAPEL BRANCA 1.000FLS (2ª LINHA): serão analisadas as medidas dos materiais e a ausência de furos, rasgos, picote e aparas;
- 4.8.9.** Item 72 - TOALHA DE PAPEL BRANCA 60FLS (PLS-UFRN): serão analisadas as medidas dos materiais e a ausência de furos, rasgos, picote e aparas.
- 4.8.10.** Além dos padrões de exigência mencionados nos itens acima, as amostras deverão observar as características exigidas na DESCRIÇÃO DETALHADA DOS ITENS LICITADOS, conforme lista de itens 1.1 do Termo de Referência;
- 4.8.11.** Todas as amostras que venham a ser solicitadas, devem estar devidamente identificadas com CNPJ e razão social do licitante, além da identificação quanto ao item a que se refere, conforme lista de itens 1.1. do Termo de Referência.

4.9. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

4.10. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

4.11. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

4.12. Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores **no prazo de 30 (trinta) dias**, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

4.13. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

Da Subcontratação

4.14. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Da Garantia da Contratação

4.15. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5 – MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5. Modelo de Execução do Objeto.

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 20 (vinte) dias, contados do(a) recebimento da nota de empenho, em remessa única ou parcelada.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens/materiais deverão ser entregues no (s) seguinte (s) endereço(s):

5.3.1. DIRETORIA DE LOGÍSTICA / ALMOXARIFADO CENTRAL - Avenida Senador Salgado Filho, 3000, Lagoa Nova, CEP 59078-970;

5.3.2. Rua Sílvio Pelico, S/N - Alecrim, Base Naval de Natal;

5.3.3. Rua Prof. Carlos Guedes Alcoforado, S/N, Centro, São Gonçalo do Amarante/ RN, CEP 59291-727;

5.3.4. Avenida Hermes da Fonseca, 1385, Tirol, Natal - RN – CEP 59.015-145, Natal – RN;

5.3.5. R. Dr. Nilo Bezerra Ramalho, 1692 - Tirol, Natal - RN, 59015-300;

5.3.6. Rua Coronel Flaminio, nº 100, Santos Reis, Natal-RN, CEP: 59010-500;

5.3.7. R. Dr. Nilo Bezerra Ramalho, 1692 - Tirol, Natal - RN, 59015-300;

5.3.8. Av. Sílvio Pélico, s/nº, Alecrim, Natal/RN, CEP: 59.040-150;

5.3.9. BR - 406, S.N., Planalto, Ceará-mirim-RN | CEP: 59570-000.

5.4. Os bens/materiais deverão ser entregues em dias úteis, no horário de 07h30min às 11h e de 13h30min às 17h;

5.5. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do prazo total recomendado pelo fabricante.

Garantia dos Bens/Materiais

5.6. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6 – MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO

6. Modelo de Gestão de Contrato.

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor de Contrato

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7 – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7. Critérios de Medição e de Pagamento.

Recebimento do Objeto

7.1. Os bens entregues deverão ter a marca que restou homologada, sendo vedada a entrega de outra marca, ainda que similar, salvo deferimento de pedido de troca de marca/modelo por parte da Diretoria de Compras da UFRN.

7.2. Os bens serão **recebidos provisoriamente**, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.4. O **recebimento definitivo** ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.5. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 05 (cinco) dias úteis.

7.6. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.7. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.8. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.9. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.10.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.11. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.11.1. o prazo de validade;

7.11.2. a data da emissão;

7.11.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.11.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.11.5. o valor a pagar; e

7.11.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.12. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.13. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso

ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.14. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.15. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no **prazo de 5 (cinco) dias úteis**, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.16. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.17. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.18. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de Pagamento

7.19. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.20. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)** de correção monetária.

Forma de Pagamento

7.21. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.22. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.23. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.23.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.24. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

7.25. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.

7.25.1. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020 dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.26. A eficácia da cessão de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.27. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), tudo nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

7.28. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.29. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8 – FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

8. Forma e Critérios de seleção do Fornecedor.

Forma de Seleção e Critério de Julgamento da Proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

Forma de Fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será parcelado.

Exigências de Habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação Jurídica

8.3.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.3.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.3.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.3.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.3.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#)..

8.3.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.3.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.3.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

8.3.9. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).

8.3.10. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

8.3.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.3.12. Autorização de Funcionamento (AFE) vigente, emitida pela ANVISA, para os produtos abrangidos pela RDC nº 16, de 1º de abril de 2014, da ANVISA.

8.3.13. Licença Sanitária Estadual ou Municipal vigente, para os produtos abrangidos pela RDC nº 16, de 1º de abril de 2014, da ANVISA.

8.3.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.3.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.3.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.3.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.3.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes **Estadual/Distrital** relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.3.19. Prova de regularidade com a Fazenda **Estadual/Distrital** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.3.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos **Estadual/Distrital** relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.3.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.3.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples.

Qualificação Técnica

Habilitação Complementar Relativa às Cooperativas

8.3.23. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.3.23.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

8.3.23.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.3.23.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.3.23.4. O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);;

8.3.23.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.3.23.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.3.23.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. Estimativas do Valor da Contratação.

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 4.666.286,07 (QUATRO MILHÕES, SEISCENTOS E SESENTA E SEIS MIL DUZENTOS E OITENTA E SEIS REAIS E SETE CENTAVOS)** conforme custos unitários indicados na tabela do item 1.1 deste Termo de Referência.

9.2. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

9.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

9.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

10 – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10. Adequação Orçamentária.

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

10.1.1.1. Gestão/Unidade: [...];

10.1.1.2. Fonte de Recursos: [...];

10.1.1.3. Programa de Trabalho: [...];

10.1.1.4. Elemento de Despesa: [...];

10.1.1.5. Plano Interno: [...];

10.1.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

10.1. A contratação será atendida por dotações orçamentárias diversas que serão utilizadas durante o decorrer do exercício financeiro.

11 – APROVAÇÃO E AUTORIZAÇÃO

11. Da Aprovação e Autorização.

11.1. Equipe de Planejamento:

DANIEL NAZARENO SOUZA DE
OLIVEIRA
ADMINISTRADOR

JULIO CESAR DE MEDEIROS MEIRA
ADMINISTRADOR

LUCIANA DE MEDEIROS OLIVEIRA
NUTRICIONISTA

ROGÉRIO RODRIGUES DUARTE
NUTRICIONISTA

11.2. A autoridade competente da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN aprova o presente *Termo de Referência* e autoriza a contratação do objeto do presente pregão.

Natal (RN), ____/____/____

Izabel de Medeiros Coelho
Pró-Reitora de Administração da UFRN

Para acessar o documento na íntegra [clique aqui](#)

UASG 153103

Estudo Técnico Preliminar 139/2024

Estudo Técnico Preliminar 139/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 23077.085421/2024-90

2. Descrição da necessidade

A Universidade Federal do Rio Grande do Norte necessita adquirir materiais de limpeza, produtos de higienização e materiais correlatos para abastecimento de seu Almoxarifado Central. É função do Almoxarifado Central estimar os itens e quantitativos a serem licitados de materiais de consumo geral – dos grupos de gêneros alimentícios, expediente, limpeza e copa e cozinha.

É necessário, ainda, adquirir materiais de limpeza e produtos de higienização para demandas específicas, para atender solicitações das unidades administrativas e acadêmicas da UFRN.

Este planejamento visa estabelecer atas de registro de preços sucedâneas à licitação SISRP 73 /2023.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Diretoria de Logística	Julio Cesar de Medeiros Meira
ESCOLA AGRÍCOLA DE JUNDIAÍ	IVAN MAX FREIRE DE LACERDA
PROAE - COORDENADORIA DO SISTEMA DE RESTAURANTES UNIVERSITÁRIOS	MICHELLE DE MEDEIROS MENDES
DIRETORIA DE MEIO AMBIENTE	HERBETE HALAMO RODRIGUES CAETANO DAVI
INSTITUTO DE MEDICINA TROPICAL - IMT-RN	SELMA MARIA BEZERRA JERONIMO
CCS - SETOR DE COMPRAS	ELLEN CECILIA SANTOS FELIX
COMPRAS E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	ELIZABETH MELO CAVALCANTE
DEPARTAMENTO DE FISIOTERAPIA	ALINE MEDEIROS CAVALCANTI DA FONSECA
DEPARTAMENTO DE ODONTOLOGIA	FABIO ROBERTO DAMETTO
INSTITUTO DO CÉREBRO	KERSTIN ERIKA SCHMIDT

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. As especificações técnicas dos materiais a serem adquiridos, bem como quantitativo solicitado, constam no Protocolo de análise/Requisição de Materiais, anexo deste estudo.

4.2. Poderá ser exigido catálogo técnico do material ofertado.

4.3. Não será necessário o fornecimento de atestado de capacidade técnica e operacional, com o intuito de tornar o processo mais célere e aumentar a competitividade entre os licitantes.

4.4. Habilitação jurídica:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE COMPRAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90039/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23077.098680/2024-81

ANEXO II – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata De Registro de Preços Nº 90039/2024

A **Universidade Federal do Rio Grande do Norte**, com sede no Campus Universitário, na cidade de Natal/RN, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.365.710/0001-83, neste ato representado(a) pelo(a) (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº de de de 202..., publicada no de de de, portador da matrícula funcional nº, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/202..., publicada no de/...../202....., processo administrativo n.º, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1 – DO OBJETO

1. Do Objeto.

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO PARA ATENDER DEMANDAS DA UFRN PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES**, especificado(s) no(s) item(ns) constantes no Termo de Referência, anexo do edital de Licitação Nº **90039/2024** que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2 – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2. Dos Preços, Especificações e Quantitativos.

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)						
	Descrição/Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade de medida	Quantidade	Valor unitário	Prazo de Garantia ou Validade

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3 – ÓRGÃO(S) GERENCIADO E PARTICIPANTE(S)

3. Órgão(s) Participante(s)

3.1. O órgão gerenciador será a UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE.

UASG	ÓRGÃO GERENCIADOR	VALOR
------	-------------------	-------

153103	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	R\$ 2.907.975,58
--------	---	------------------

3.1.1. Endereço do Órgão Gerenciador: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE: Avenida Senador Salgado Filho, 3000 - Lagoa Nova, Natal/RN – CEP 59078-970.

3.2. Além do gerenciador, são órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

UASG	ÓRGÃOS PARTICIPANTES	VALOR
783171	NAVIO PATRULHA MACAU	R\$ 7.919,83
154582	INST FED RN / CAMPUS SÃO GONÇALO DO AMARANTE	R\$ 95.174,18
160345	HOSPITAL DE GUARNICAO DE NATAL	R\$ 1.092.283,20
158155	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN	R\$ 173.755,89
783000	COMANDO DO 3.DISTRITO NAVAL	R\$ 256.767,66
158373	INST.FED.DO RN/CAMPUS JOAO CAMARA	R\$ 34.298,73
783510	SERVICO DE SINALIZACAO NAUTICA DO NORDESTE	R\$ 85.142,45
154838	INST FED RN / CAMPUS CEARÁ-MIRIM	R\$ 12.968,55

3.2.1. Endereço de Entrega dos Órgãos Participantes:

- 3.2.1.1.** Rua Sílvio Pelico, S/N - Alecrim, Base Naval de Natal;
- 3.2.1.2.** Rua Prof. Carlos Guedes Alcoforado, S/N, Centro, São Gonçalo do Amarante/ RN, CEP 59291-727;
- 3.2.1.3.** Avenida Hermes da Fonseca, 1385, Tirol, Natal - RN – CEP 59.015-145, Natal – RN;
- 3.2.1.4.** R. Dr. Nilo Bezerra Ramalho, 1692 - Tirol, Natal - RN, 59015-300;
- 3.2.1.5.** Rua Coronel Flaminio, nº 100, Santos Reis, Natal-RN, CEP: 59010-500;
- 3.2.1.6.** R. Dr. Nilo Bezerra Ramalho, 1692 - Tirol, Natal - RN, 59015-300;
- 3.2.1.7.** Av. Sílvio Pélico, s/nº, Alecrim, Natal/RN, CEP: 59.040-150;
- 3.2.1.8.** BR - 406, S.N., Planalto, Ceará-mirim-RN | CEP: 59570-000.

4 – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4. Da Adesão à Ata de Registro de Preços.

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

- 4.1.1.** apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
- 4.1.2.** demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
- 4.1.3.** consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do **item 4.1.**

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5 – DA VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5. Da Validade, Formalização da Ata de Registro de Preços e Cadastro Reserva.

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de **1 (um) ano**, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser **prorrogada por igual período**, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o **item 5.2.** deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o **item 5.4.2** tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o **item 5.4.2.2** somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6 – ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6. Alteração ou Atualização dos Preços Registrados.

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7– NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7. Negociação de Preços Registrados.

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na

ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do **item 9.1**, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no **item 5.7**.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do **item 9.4**, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no **item 7.2** e no **item 7.2.1**, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8 – REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8. Remanejamento das Quantidades Registradas na Ata de Registro de Preços.

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do **item 8.3**, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. Cancelamento do Registro do Licitante Vencedor e dos Preços Registrados.

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10 – DAS PENALIDADES

10. Das Penalidades.

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11 – CONDIÇÕES GERAIS

11. Condições Gerais.

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em ____ (_____) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
	Especificação	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade
X		(se exigida no edital)	(se exigido no edital)					

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
	Especificação	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade
X		(se exigida no edital)	(se exigido no edital)					



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE COMPRAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90039/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23077.098680/2024-81

ANEXO IV – TERMO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ____/____, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, E _____.

A UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE – UFRN, com sede no Campus Universitário, na cidade de Natal/RN, inscrita no CNPJ sob o nº 24.365.710/0001-83, neste ato representada pelo Senhor Reitor, **JOSÉ DANIEL DINIZ MELO**, nomeado pela Portaria nº ____, de ____/____/____, publicada no DOU de ____/____/____, portador da Matrícula Funcional nº, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) _____ inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ____, sediado(a) na ____, em _____ doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por _____ (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo Nº **23077.098680/2024-81** em observância às disposições da **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis**, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico Nº **90039/2024** mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1 – CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (ART. 92, I E II)

1. Objeto.

1.1. O objeto do presente instrumento é a **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO PARA ATENDER DEMANDAS DA UFRN PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
3						
...						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2 – CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2. Vigência.

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados do(a) assinatura do contrato ou instrumento equivalente, na forma do artigo **105 da Lei nº 14.133, de 2021**.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

3 – CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (ART. 92, IV, VII E XVIII)

3. Modelos de Execução e Gestão Contratuais.

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4 – CLÁUSULA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

4. Da Subcontratação.

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5 – CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (ART. 92, V)

5. Preço.

5.1. O valor total da contratação é de (R\$ 000.000,00).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6 – CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO (ART. 92, V E VI)

6. Pagamento.

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7 – CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE (ART. 92, V)

7. Reajuste.

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em __/__/__.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do **contratado**, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8 – CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (ART. 92, X, XI E XIV)

8. São obrigações do CONTRATANTE.

- 8.1.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.2.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 8.3.** Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.4.** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.5.** Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- 8.6.** Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.7.** Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.8.** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.9.** A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.10.** Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- 8.11.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9 – CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (ART. 92, XIV, XVI E XVII)

9. Obrigações do CONTRATADO.

- 9.1.** O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));
- 9.3.** Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.4.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.5.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.6.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.7.** Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.8.** Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.9.** Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação

9.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

9.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

9.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante.

10 – CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (ART. 92, XII E XIII)

10. Garantia de Execução.

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DOS BENS/MATERIAIS

11. Garantia dos Bens/Materiais.

11.1. As disposições relativas à garantia bens/materiais em relação ao objeto deste Contrato estão definidas no *Termo de Referência* anexo a este contrato.

12 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (ART. 92, XIV)

12. Infrações e Sanções Administrativas.

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

12.2.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

12.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

12.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.2.4. Multa:

- 12.2.4.1. Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **30 (trinta)** dias;
- 12.2.4.2.** Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do **subitem 12.1**, de% a ...% do valor do Contrato.
- 12.2.4.3.** Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do **subitem 12.1**, de% a ...% do valor do Contrato.
- 12.2.4.4.** Para infração descrita na alínea “b” do **subitem 12.1**, a multa será de% a ...% do valor do Contrato.
- 12.2.4.5.** Para infrações descritas na alínea “d” do **subitem 12.1**, a multa será de% a ...% do valor do Contrato.
- 12.2.4.6.** Para a infração descrita na alínea “a” do **subitem 12.1**, a multa será de% a ...% do valor do Contrato.
- 12.3.** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 12.3.1.** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 12.3.2.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 12.3.3.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 12.3.4.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **10 (dez)** dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 12.4.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 12.5.** Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - b) as peculiaridades do caso concreto;
 - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - d) os danos que dela provierem para o Contratante;
 - e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.6.** Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).
- 12.7.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 12.8.** O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 12.9.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).
- 12.10.** Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

13 – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – EXTINÇÃO CONTRATUAL (ART. 92, XIX)

13. Extinção Contratual.

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.3. O contrato **poderá** ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a **extinção** se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.4. O termo de **extinção**, sempre que possível, será precedido:

13.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.4.3. Indenizações e multas.

13.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

14 – CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (ART. 92, VIII)

14. Dotação Orçamentária.

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I. Gestão/Unidade:
- II. Fonte de Recursos:
- III. Programa de Trabalho:
- IV. Elemento de Despesa:
- V. Plano Interno:
- VI. Nota de Empenho:

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

15 – CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (ART. 92, III)

15. Dos Casos Omissos.

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16 – CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16. Alterações.

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#)..

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

17 – CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17. Publicação.

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)**, na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

18 – CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO (ART. 92, §1º)

18. Foro.

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Natal/RN, Seção Judiciária do Rio Grande do Norte para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Natal (RN), de de

.....
Representante legal da CONTRATANTE

.....
Representante legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

.....
CPF: ID:

.....
CPF: ID:



EDITAL Nº 148/2025 - DFE/COMPRAS (11.02.09.02)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 05/02/2025 15:11)

JOAO PAULO PAIVA DA SILVA

DIRETOR - TITULAR

COMPRAS/PROAD (11.02.09)

Matrícula: ###892#1

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrr.br/documentos/> informando seu número: **148**, ano: **2025**, tipo:
EDITAL, data de emissão: **05/02/2025** e o código de verificação: **7ff80bf42a**